

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS
v. 8 n. 3 dezembro 1980

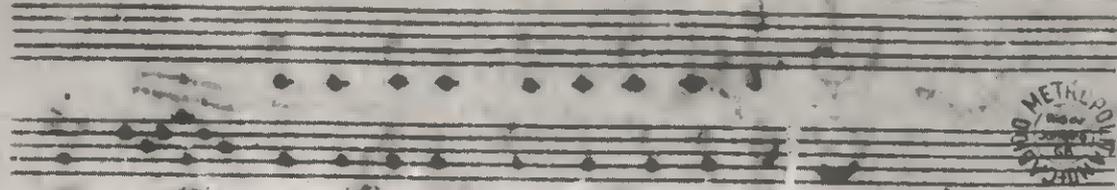
*Roteiro para um guia
de arquivos históricos
privados*

Arquivos eclesiásticos

70372 Clas. PER
Arquivo & Administração
.3
dez.1980

00

00 2244



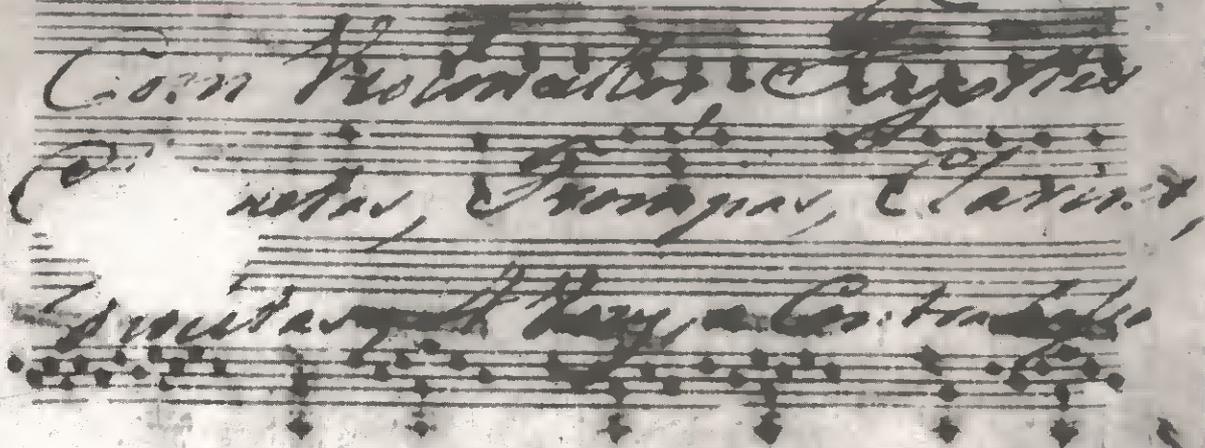
Orgão



Com Orquestra de Câmara



*Missas para a
Noite de Natal*



Com Violoncelos, Baixos

Violões, Trompas, Clarinetas,

Violoncelos, Baixos e Contrabaixos



Do Sr. José Maurício

R. #03#2

Roteiro para um Guia de Arquivos Históricos Privados: Padronização dos Arrolamentos de Informação.

Adelina Maria Alves N. de Cruz
Paulo Sérgio Moraes de Sá
Sílvia Ninita de Moura Estevão*

1. Introdução; 2. Pontos fundamentais do guia de arquivo; 2.1 Ficha técnica; 2.1.1 Organização do arquivo; 2.2 Biografia; 2.3 Conteúdo do arquivo; 2.4 Informações complementares; 2.5 Impressos do arquivo.

Resumo

Contornar as dificuldades decorrentes das múltiplas abordagens na descrição dos arquivos, da apresentação de inventários, biografias e análises de conteúdo, bem como da dispersão das informações, objetivando, sobretudo, facilitar a consulta dos acervos documentais.

1. Introdução

O acervo documental do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) compõe-se de arquivos de caráter histórico, destacadamente aqueles cujos titulares ocuparam altos cargos governamentais ou que tiveram desempenho político-administrativo, sobretudo a partir de 1930.

Compete ao Setor de Documentação a organização e tratamento desses arquivos privados, objetivando sua utilização como fonte de pesquisa na área de Ciências Sociais. Desse modo *O Roteiro para um guia de arquivos* deve ser entendido dentro desses parâmetros, isto é, de acordo com a experiência da equipe do Setor de Documentação no tratamento de arquivos pri-

vados voltados para a recuperação da informação histórica.

A idéia de se estabelecer um roteiro para *Guia de arquivos históricos privados* surgiu de um processo de reflexão da equipe do Setor de Documentação sobre a ocorrência de múltiplas abordagens na elaboração de relatórios sobre o conteúdo dos arquivos, apresentação de inventários, biografias e análises de conteúdo; a dispersão das informações pertinentes aos arquivos entre os subsetores especializados (arquivo, biblioteca e audiovisual).

Consciente disso, a equipe visa por meio desse roteiro centralizar de modo padronizado as informações relativas a cada arquivo que compõe o acervo do CPDOC; facilitar a consulta através da imediata visualização de suas características gerais; aprimorar os procedimentos adotados na elaboração do *Guia de arquivos CPDOC 1979* em face de imprecisões observadas.

Assim, na elaboração de um *Guia de arquivo*, onde estarão reunidas as características, referências e informações de maior relevância sobre a organização, o conteúdo e o titular do arquivo, deverão ser respeitadas os seguintes pontos:

Ficha técnica: arrolamento das especificações próprias ao arquivo, tipos de documentos. Tem por objetivo informar ao pesquisador-usuário sobre a documentação que compõe o arquivo, de modo a permitir-lhe programação de consulta.

Biografia: dados biográficos de ordem pessoal pública do titular do arquivo.

Conteúdo: descrição e avaliação da documentação.

Informações complementares: listagem de fontes secundárias que proporcionem maiores esclarecimentos sobre o titular ou temas em destaque no arquivo.

Inventário analítico dos documentos manuscritos e datilografados: apresentação dos resumos dos documentos que compõem as diversas séries; inclui, também, os recortes de jornais.

Inventário analítico do material audiovisual: apresentação dos resumos do material fotográfico, discos e filmes pertencentes ao arquivo.

Impressos: relação dos folhetos, livros e periódicos que integram o arquivo.

Dos pontos mencionados merecerão maior atenção os quatro primeiros (ficha técnica, biografia, conteúdo e informações complementares). Os dois seguintes (inventários analíticos dos documentos manuscritos e datilografados e do material audiovisual) não serão discutidos por já terem sido estabelecidas suas estruturas básicas, que se encontram explicitadas no documento de trabalho *Procedimentos técnicos adotados pelo CPDOC na organização de arquivos privados contemporâneos*. Rio de Janeiro, 1980.

Quanto aos impressos, pretende-se registrar alguns esclarecimentos sobre a posição desse material no conjunto de informações pertinentes aos arquivos.

O produto desse roteiro desempenhará o papel de *instrumento de pesquisa* tanto para os usuários externos quanto para os pesquisadores

* Pesquisadores do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil — CPDOC.

do próprio CPDOC, representando o registro da experiência e do conhecimento adquirido pelo grupo responsável pela organização de cada arquivo, meio de sugerir-se a utilização de fontes pouco solicitadas bem como contribuir para o levantamento de novas questões e fornecer orientações para obtenção da documentação desejada. Além disso, corresponderá a um referencial para os trabalhos desenvolvidos no Setor de Documentação.

2. Pontos fundamentais do guia de arquivo

2.1 Ficha técnica

A ficha técnica deverá conter os seguintes dados: nome e sigla do arquivo, doador(es), data de doação, período de organização, equipe responsável, data de abertura à consulta, período coberto pelo arquivo, espécie/quantidade de documentos.

Há várias espécies de documentos tais como *documentos manuscritos e datilografados*, correspondência, certidões, diplomas, títulos, conferências, discursos, relatórios, etc.; *documentos impressos*, recortes de jornais periódicos (revistas e jornais), livros, folhetos, panfletos; *audiovisuais*, discos, filmes, fitas, fotografias, outros; *material especial*, mapas, outros.

Devido à dificuldade de se proceder a uma contagem discriminada dos *documentos manuscritos e datilografados*, dada a sua disposição em diferentes séries e sub-séries, optou-se por uma avaliação quantitativa global.

Os recortes de jornais ainda que sejam tratados pelo subsetor de Arquivo, devido às suas características especiais (ruptura de periodicidade, seleção realizada pelo titular, etc.) são considerados, em última instância, como impressos. O mesmo procedimento se verifi-

ca com os panfletos — impressos também tratados pelo Arquivo.

Nas demais espécies de documentos não se observa essa dificuldade devido à diferenciação evidente, facilitando a contagem discriminada.

2.1.1 Organização do arquivo

Consiste na apresentação do histórico da organização do arquivo, especificando as séries que o compõem. Deve ficar explícito o tipo de organização adotada (cronológica, temática, mista), a espécie de documentos contida em cada série e esclarecimentos sobre abreviaturas originais decorrentes da peculiaridade de determinadas séries que compõem um arquivo.

A apresentação do histórico e da estratégia de organização objetiva registrar a experiência de trabalho e suas particularidades e, mais que isso, evitar que o conhecimento operacional do arquivo restrinja-se quase que exclusivamente aos pesquisadores responsáveis por sua organização.

Com esse registro, o trânsito no arquivo pode se fazer independente da equipe responsável, facilitando, desta forma, principalmente, o trabalho de atendimento aos usuários.

2.2 Biografia

A elaboração da biografia do titular visa fornecer dados essenciais de sua vida particular, bem como uma visão geral de sua trajetória política e pública, de modo a subsidiar a compreensão do conteúdo do arquivo. Deve ser redigida de forma discursiva, porém de maneira sintética. Sua produção deve ficar sob a responsabilidade da equipe organizadora do arquivo.

Os dados biográficos são aqui entendidos como de duas ordens: pessoal e pública. Estes últimos ar-

ticulados à conjuntura política em que se sucederam.

Entendidos por *dados biográficos de ordem pessoal* temos, entre outros: nome completo do titular (sublinhando o nome mais conhecido), nascimento (local e data), filiação (nome do pai e da mãe e descrição das principais atividades por eles desempenhadas), formação (primeiros estudos, nomes dos colégios, respectivos locais e épocas, educação superior, etc.), casamentos e filhos, falecimento (local e data).

Os *dados biográficos de ordem pública* dependem essencialmente da própria atuação do titular do arquivo. Assim, poderão constar: cargos ocupados, atividades desempenhadas, participação política (posições assumidas, defendidas), acontecimentos que marcaram sua trajetória.

Recomenda-se a realização de uma pesquisa a fim de se obter dados biográficos, quer de ordem pessoal, quer de ordem pública, de que não disponha o arquivo, e também de se checar informações fornecidas pela própria documentação.

Elaborada a biografia, aconselha-se seja ela submetida a criteriosa apreciação por parte dos setores de Documentação e Pesquisa.

Caso se trate de um arquivo institucional (Arquivo PSD/RJ, por exemplo) deverá ser elaborado um histórico contendo a trajetória da instituição no período demarcado pelo arquivo.

2.3 Conteúdo do arquivo

Após se proceder a uma reflexão crítica sobre a orientação que vinha sendo dada para elaboração de relatórios sobre a documentação de arquivo, verificou-se como necessárias algumas alterações naquela linha de trabalho, que consistia basicamente numa exposição exaustiva e minuciosa das informações

fornecidas pelo arquivo ao longo de cada ano.

Se por um lado esse tipo de exposição (relatórios anuais) possui a vantagem de possibilitar um acompanhamento mais preciso e detalhado dos fatos, apresenta, sobre outros aspectos, desvantagens que merecem ser aludidas, de vez que foi a partir delas que se redefiniu o procedimento quanto à elaboração de conteúdos de arquivos.

De início, uma razão de ordem prática. Os relatórios anuais, pela tendência ao excessivo acompanhamento do desenrolar dos fatos, quase chega a duplicar o trabalho do inventário analítico.

Outra característica, ainda visando exaurir a totalidade das informações, é a de fazer constar na exposição temas e fatos sem relevância, do ponto de vista de como estes se apresentam no arquivo. Neste caso não duplicando trabalho, porém estendendo o tempo necessário para a sua confecção.

O ponto básico sobre o qual se fundamenta a tentativa de redefinir o caráter desses relatórios diz respeito à diluição dos conteúdos sob uma massa de informações, tornando-se difícil a inteligibilidade do conjunto temático que se intencionava abordar. Por extensão, deixava-se de enfatizar a necessária visão global do arquivo ao não entrosar os diversos conjuntos de temas.

Assinale-se, ainda, que, passando os relatórios de arquivos para o domínio público, como mais um instrumento auxiliar de pesquisa, tornou-se oportuno oferecer-lhe uma forma mais homogênea e abrangente, dinamizando a sua leitura, substituindo sua estrutura dispersiva, por um conteúdo mais objetivo, consistente e articulado.

Intencionando operacionalizar esses objetivos e, ao mesmo tempo, não descuidar da importância da massa de informações presentes nos relatórios anuais — já que

não se trata de extingui-las, mas de conferir-lhes outro sentido — optamos por articular ao critério cronológico o critério temático. Em outras palavras, ao invés de relatórios anuais, teremos avaliações de conteúdo por períodos, na maioria das vezes correspondendo à trajetória política e/ou aos diversos cargos ocupados pelo titular do arquivo ao longo de sua carreira.

Ex.: Arquivo Souza Costa

Período como Presidente do Banco do Brasil, 1931-1934, abordando os seguintes temas: Sistema Bancário, Relações Internacionais.

Período como Ministro da Fazenda, 1934-1945, abordando os temas: Relações Internacionais, Economia Nacional, Aparelhamento das Forças Armadas, Assuntos Políticos.

Ressalve-se que esse critério, que poderíamos chamar precariamente de *temático sob cortes cronológicos* é o que melhor se apresentou como alternativa. Essa proposta não invalida outras experiências que porventura se apresentem, uma vez que, a rigor, a escolha dos temas e períodos de tempo deve ser realizada a partir das características de quantidade e qualidade da documentação em exame. Da mesma forma, não se afasta a possibilidade de elaborar relatórios anuais, desde que necessários, conforme a especificidade do arquivo em questão, e que sirvam como base para a produção de um relatório final global (avaliação de conteúdo do arquivo). Esta observação é pertinente levando-se em conta a diversidade do volume da documentação, ou seja, a existência de arquivos de grande e pequeno porte. Sob esse ângulo a produção de relatórios anuais deixa de ser regra para tornar-se uma prática eventual e uma etapa para avaliação do conteúdo.

A flexibilidade da proposta, contudo, não deve obscurecer o sentido geral de seu objetivo, isto é,

oferecer uma exposição de conteúdo representativa, articulada e homogênea do conjunto dos temas do arquivo.

A exposição do conteúdo do arquivo consta de dois momentos interligados: a *descrição da documentação*, que visa oferecer uma visão de conjunto do acervo, destacando os temas em relevância (em quantidade e qualidade); e a *avaliação do conteúdo*, que corresponde a uma análise das possibilidades da documentação como fonte de pesquisa.

A descrição da documentação deve ser feita a partir dos temas que o arquivo oferece, tentando-se articular o material encontrado nas diversas séries (cruzamento de informações).¹

A avaliação do conteúdo não deve se restringir à indicação de que a documentação apresenta lacunas em relação à compreensão de determinados fatos, temas ou períodos ou, por outro lado, relativizar sua expressividade histórica. Implica uma participação intelectual maior do organizador sobre o conteúdo do arquivo, de modo a melhor explorar as informações de que dispõe, articulando-as e sugerindo interpretações, visando contribuir para a realização de pesquisas.

A partir deste item poderão ser desenvolvidos outros documentos de trabalho que também servirão de instrumento de consulta e pesquisa para o usuário. Por exemplo, após a escolha de um determinado tema, elaborar uma retrospectiva nos diversos *conteúdos de arqui-*

¹ Essa observação é pertinente se nos reportarmos ao *Guia de arquivos CPDOC 1979*, que, apesar de indicar as séries que compõem cada arquivo, no item *avaliação de conteúdo* limita-se a abordar, em grande parte, a série correspondência e material impresso, omitindo as séries produção intelectual e recortes de jornais, além do material audiovisual.

vos, onde as informações apresentam-se cruzadas formando um quadro completo daquele tema.

2.4 Informações complementares

Consiste na listagem e coleta de fontes diversas capazes de enriquecer a documentação do arquivo, tais como bibliografia do titular, bibliografia e filmografia sobre o titular, bibliografia seletiva utilizada na organização do arquivo — há casos em que é necessária uma complementação bibliográfica relativa a temas específicos e entre-

vistas concedidas ao Setor de História Oral por titulares de arquivos.

2.5 Impressos do arquivo

A inserção deste item no *Roteiro* deve-se à preocupação em divulgar esse material, de grande importância, como fonte de informação.

Possuindo o arquivo material impresso, deve-se deixar registrado que sua listagem encontra-se na Biblioteca.

Prevedendo-se a publicação de *Guias de arquivos*, sugere-se neste

caso, a inclusão da listagem completa desse material.

Outra recomendação seria a de se proceder à publicação de um catálogo geral dos impressos dos arquivos do CPDOC.

Abstract

Find ways of solving those difficulties arising out of the many approaches in describing archives systems, in presenting inventories, biographies and analyses of contents, as well as of coping with the scattering of information, in order primarily to make easier the access to documentary sources.

A Atual Situação Legal do Microfilme*

Waldemar Durval Falcão Lima Filho**

O aumento gradativo no emprego da microfilmagem de documentos, na maioria dos países, com a finalidade de preservar os acervos documentais e de economizar espaço em todas as esferas da vida pública e privada, vem provocando polêmicas quanto da aceitação como prova legal dos microfilmes.

Os países mais desenvolvidos como Alemanha, Canadá, Estados Unidos, Grécia, Inglaterra, Itália, Japão, Suíça e tantos outros fazem há muito tempo o uso em larga escala dessa tecnologia de reprodução de baixo custo sem restrições por parte das autoridades que compreenderam de imediato os grandes benefícios advindos com a

aceitação total do sistema micrográfico.

Infelizmente no Brasil as nossas autoridades ainda não acordaram para as vantagens auferidas com a implantação, em toda sua plenitude, da tecnologia micrográfica, sendo as maiores a rapidez da informação desejada, entre dois a três minutos no máximo, e a redução do espaço, estimada em 98% em comparação ao ocupado pelos arquivos convencionais de documentos sem falarmos na garantia total do sistema contra extravio, roubo e incêndio em virtude da facilidade de duplicação e disseminação simplificada pela compactação.

Apesar da existência de uma legislação específica sobre a microfilmagem de documentos no país desde 1968, a maioria das autoridades desconhece ou não aceita os preceitos legais do microfilme advindo choques de interpretação nos diversos escalões da administração nas esferas municipal, esta-

dual e federal, provocando assim uma insegurança total por parte dos prováveis usuários.

Com a publicação no *Diário Oficial* do dia 9.6.80 do Parecer Normativo CST n.º 21 da Receita Federal, interrompeu-se o uso da microfilmagem da documentação de particulares no país.

O referido parecer determina que os fiscais poderão exigir quando acharem conveniente a apresentação dos originais dos documentos já microfilmados.

O Parecer n.º 21/80 contraria o estabelecido anteriormente pela própria Receita Federal quando no Parecer Normativo n.º 171, de 23.9.74, preconizava que "a eliminação dos documentos particulares microfilmados na forma da lei é autorizada desde que observadas as cautelas legais previstas pela legislação em vigor".

Não parando aí, a Receita Federal expediu a Norma CIEF n.º 41, de 7.12.76, admitindo a pres-

* Extraído do *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 ago. 1980. Caderno classificados, p. 16.

** Chefe da Central de Microfilmagem do Centro de Produção da UERJ.

ção de informações de rendimentos pagos ou creditados a terceiros através de microfimes em rolos.

A Lei n.º 5.433, de 8.5.68, autoriza a microfilmagem de documentos de qualquer espécie e determina que os microfimes resultantes tenham o mesmo valor dos originais em juízo ou fora dele. No art. 25 do Decreto n.º 64.398, de 24.4.69, que regulamentou a referida Lei temos o seguinte texto: "Os microfimes negativos e as cópias em filme de documentos sujeitos à fiscalização ou necessários à prestação de contas serão mantidos em rolos por prazo igual ao exigido em lei para os respectivos originais". Vem agora a Receita Federal, sem que tenha havido nenhuma alteração na legislação do microfilme desde sua promulgação em 1968, modificar sua disposição anterior e resolver proibir a destruição dos originais, ficando o usuário do microfilme a mercê da vontade do agente fiscalizador em aceitar ou não os documentos reproduzidos em microfimes. O novo Parecer se apóia no art. 195 do Código Tributário Nacional e no art. 4.º do Decreto-lei n.º 486, de 3.3.69.

Além disso, o Departamento Nacional de Registro de Comércio — em cumprimento a dispositivos estabelecidos no art. 14 do Decreto-lei n.º 486, expediu a Portaria n.º 05, de 13.12.73, que autoriza a microfilmagem dos livros ou fichas de escrituração comercial desde que obedecidas as disposições da Lei n.º 5.433/68 e do seu regulamento.

Da leitura dos dispositivos legais mencionados chegamos à conclusão da não-existência de conflitos, ou incompatibilidade entre eles.

O CTN e o Decreto-Lei n.º 486 garantem à fiscalização o direito de examinar os documentos da escrituração contábil dos contribuintes e obriga ainda a guarda desses documentos enquanto não prescreverem as ações de cobrança dos

créditos tributários correspondentes.

A Lei n.º 5.433/68, dá por sua vez ao microfilme o mesmo valor do documento original. Aplicando-se o Código Tributário Nacional ao sistema de arquivos microfilmados amparado pela Lei n.º 5.433, o fisco tem a garantia de examinar os documentos reproduzidos sem que se lhe possa negar ou opor qualquer impedimento, e o contribuinte por sua vez terá que preservar, com menor risco para o fisco e nenhuma possibilidade de extravio, os microfimes até a prescrição dos prazos estabelecidos para os documentos nele reproduzidos.

Que vantagem teria a Lei ao dar ao microfilme o mesmo valor do original em juízo ou fora dele, se qualquer agente fiscalizador, ao bel prazer, pudesse exigir a apresentação do original sempre que entendesse necessário e oportuno fazê-lo, como diz o Parecer Normativo n.º 21/80? A lei seria inócua ao sabor dos fiscais.

Para que microfilmarmos se temos que guardar os originais? É uma duplicidade de arquivos sem nenhuma finalidade prática ou econômica!

Ninguém desconhece que "a lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior" (art. 2.º, parágrafo 2.º do Decreto-Lei n.º 4.657, de 4.9.42, vigente em matéria tributária por força do art. 101 do CTN).

Quando foi promulgada a Lei n.º 5.433/68, o CTN já existia desde 25.10.66, mas as disposições especiais daquele vieram a par das disposições gerais do CTN. Depois em 3.3.69 vieram as disposições gerais do Decreto-Lei n.º 486, também a par das especiais contidas na Lei n.º 5.433.

A expressão a par, referida na lei, qualifica disposições paralelas, isto é, não-colidentes ou contrárias.

A coexistência das disposições paralelas especiais da Lei n.º 5.433 com as gerais do CTN e do Decreto-Lei n.º 486, decorre, portanto, de regra jurídica a nível do próprio CTN no art. 101.

Não terá passado despercebido que o CTN bem como o Decreto-Lei n.º 486 não traçam normas especiais sobre a forma da escrituração e dos documentos quanto a sua forma física, exigindo uso deste ou daquele material. O formato físico é irrelevante juridicamente, eis que as obrigações podem ser formalmente apostas a uma folha de papel, formulário contínuo, livro, cartolina, etc.

A obrigação reproduzida sobre qualquer material deverá ser aceita. O microfilme confeccionado, obedecidas as disposições legais, substituirá o material original. O fiscal observará o microfilme exatamente como se fora o original. O fisco não tem poderes para exigir o original do contribuinte, devidamente autorizado pelo Departamento Federal de Justiça a usar o sistema de microfilmagem, porque o microfilme valerá contra ele e a todos em geral, inclusive em juízo.

Exigir a guarda dos originais, após microfilmados, representa negar a aplicação da própria lei vigente e ao mesmo tempo eliminar uma das grandes vantagens do sistema de microfilmagem que é a redução do espaço de arquivamento.

O que causa maior estranheza é a Receita Federal rever a sua posição anterior que era correta e legal e que perdurou por seis anos de vigência sem apresentar nenhum problema. Além disso, não houve qualquer alteração na legislação do microfilme que justificasse a mudança de atitude por parte do Fisco.

O Parecer Normativo n.º 21/80, não vigorará por contrário à lei e aos interesses do país.

Instrumentos de Busca nas Bibliotecas do Rio de Janeiro: uma Bibliografia seletiva.

Ana Lígia Silva Medeiros*

Adelina Maria Barbosa Bouças**

1. Introdução; 2. Bibliografia;
3. Instituições consultadas.

1. Introdução

Um dos maiores entraves ao desenvolvimento da pesquisa, principalmente daquelas de caráter histórico, é a falta de publicações especializadas na divulgação do material existente nos arquivos e bibliotecas do país. Poucas instituições se ocuparam da tarefa de inventariar e tornar público o conteúdo de seu acervo. As razões que explicam essas lacunas não se restringem absolutamente à falta de iniciativa ou de compreensão da importância dessa tarefa. Na realidade, as dificuldades ligadas à ausência de recursos financeiros, pessoal especializado e capacitado, restrições do mercado editorial, etc., são responsáveis por grande parte dos problemas de divulgação de acervos em nosso país.

A falta de instrumentos de pesquisa sempre acarreta, para os pesquisadores, desperdício de tempo e, às vezes, desconhecimento sobre o material de que poderiam dispor.

Quando o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil — CPDOC — e a Fundação Casa de Rui Barbosa constituíram um grupo de trabalho para a elaboração do

Guia preliminar de fontes para a História do Brasil: instituições governamentais no município do Rio de Janeiro, pensava-se em incluir, a princípio, como dado complementar, o levantamento bibliográfico dos inventários impressos encontrados nas instituições que seriam objeto de atenção do trabalho.

A concepção inicial sofreu algumas alterações, e a tarefa foi desmembrada, constituindo-se num trabalho paralelo à elaboração do próprio *Guia* e a outros voltados para a prospecção de fontes.

A bibliografia que ora apresentamos trata de instrumentos de busca impressos, relativos ao Brasil, existentes nas bibliotecas da cidade do Rio de Janeiro.

No decurso do levantamento pudemos observar a imprecisão da terminologia arquivística no título das obras, sendo utilizados indiscriminadamente os termos inventários, repertórios, relações de documentos, índices, etc., quando cada uma dessas expressões tem um significado peculiar que, se empregado com precisão, tornaria mais fácil a localização das fontes documentais.

O desconhecimento generalizado desses instrumentos de busca, publicados, e, portanto, colocados à disposição da pesquisa, constituiu-se no fundamento para a elaboração desta bibliografia, sugerida e estimulada por Maria Amélia Porto Miguéis, supervisora daquele projeto.

Pessoalmente, pudemos constatar o problema do acesso dos pesquisadores a esse tipo de fonte.

Na maior parte das instituições visitadas, os funcionários desconheciam onde poderiam ser localizados os instrumentos de busca que, muitas vezes, pertenciam às próprias instituições em que trabalhavam. Mesmo quando organizado, esse material não era facilmente localizado nos catálogos das bibliotecas, já que a indexação era formulada segundo critérios suscetíveis de confusão. No caso específico, esse material resumia-se ao subcabeçalho "fontes", subordinado a um determinado assunto ou pessoa.

Apesar de tudo, realizamos um levantamento minucioso que, embora incompleto, correspondeu às nossas disponibilidades de tempo e pessoal.

Foram localizadas pouco mais de uma centena de obras, tendo sido incluídos repertórios, inventários e alguns índices. A ordenação das referências é alfabética de autor, com a localização das instituições em que poderão ser encontradas as obras.

Uma complementação importante para essa bibliografia seria a inclusão dos instrumentos de busca datilografados, que são muito numerosos e que mereceriam divulgação. Essa tarefa, entretanto, não pôde ser realizada pelos motivos já mencionados. Por isso, julgamos oportuno solicitar a colaboração de todas as instituições que possam fornecer dados sobre a existência de instrumentos de busca, datilografados ou impressos, que sirvam para ampliação do presente trabalho.

As informações podem ser enviadas à Fundação Getúlio Var-

* Chefe da Biblioteca do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas — CPDOC.

** Estagiária de Biblioteconomia do CPDOC.

gas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Praia de Botafogo, 190, 12.º andar, Rio de Janeiro, RJ.

A publicação dessa relação, acreditamos, pode ser bastante útil aos pesquisadores, que poderão dispor de informações, geralmente restritas a pequenos círculos. Com isso, pretende-se contribuir, mesmo que modestamente, para a grande tarefa que se impõe aos bibliotecários, documentalistas e arquivistas — a de divulgar a pesquisa e a informação em nosso país.

2. Bibliografia

- ALMEIDA, Eduardo de Castro e. *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo da Marinha e Ultramar de Lisboa*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1913-5v. MM, BN
- ANDRADE, Ana Isabel de Souza Leão & REGO, Carmen Lúcia de Sousa Leão. *Catálogo da correspondência de Joaquim Nabuco (1865-1884)*. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1978. 139p. (Série Documentos, 8). BN, FCRB
- ARQUIVO NACIONAL, Rio de Janeiro. *Catálogo coletivo dos arquivos brasileiros: contribuição preliminar de repertório referente à Independência do Brasil*. Rio de Janeiro, 1972. 73p. AN, BN, IBICT
- *Catálogo das cartas régias, provisões, alvarás, avisos e portarias, etc. 1662-1821*. 2.ed. rev. e melhorada por A. Esteves. Rio de Janeiro, 1922. 804p. AN, FCRB
- *Dom Pedro II e a cultura*. Rio de Janeiro, 1977. 478p. AN, CPDOC
- *Elenco das publicações e dos documentos, originais ou reprodução fotográfica, com o respectivo relacionamento*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1941. 736p. AN, FGV
- *Engenhos centrais; catálogo de documentos, 1881-1906*. Rio de Janeiro, 1979. 93p. AN, CPDOC
- *Index alfabético das leis, alvarás, cartas régias e mais ordens que há no Arquivo da Provedoria da Fazenda Real*. Rio de Janeiro, 1923. AN
- *Índice da coleção de alvarás, cartas e provisões, 1752-1808*. Rio de Janeiro, 1912. 308p. AN
- *Índice da coleção de ordens régias, 1719-1807*. Rio de Janeiro, 1906. 400p. AN
- *Índice da coleção "Governadores do Rio de Janeiro" (correspondência, alvarás, bandos, cartas patentes e de sesmaria, ordens, provisões, regimentos, numbramentos, editaes, certidões, cartas e ordens régias, leis etc.)*. Rio de Janeiro, 1911. 275p. AN
- *Índice da correspondência da Corte de Portugal com os Vice-Reis do Brasil no Rio de Janeiro, 1763-1807*. Rio de Janeiro, 1901. 204p. AN
- *Índice da correspondência da governadores do Rio de Janeiro com diversas autoridades, 1718-1763*. Rio de Janeiro, 1908. 334p. AN
- *Índice dos documentos que compõem a correspondência ativa e passiva do Vice-Rei Luiz de Vasconcelos e Souza com os governadores das capitanias de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e com os Vice-Reis do Rio da Prata e Comissários hespanhóis em Buenos Aires, no decênio de 1779-1789*. Rio de Janeiro, 1907. 410p. AN
- *Índice dos officios dirigidos a Corte de Portugal pelos Vice-Reis do Brasil no Rio de Janeiro, 1763-1808*. Rio de Janeiro, 1889. 362p. AN
- */Relação de algumas partes das coleções de documentos do Arquivo Nacional/*. Rio de Janeiro, 1957. 365p. AN
- *Repertório das sesmarias da Bahia*. Rio de Janeiro, 1968. 68p. AN
- ARQUIVO PÚBLICO (Espírito Santo). *Catálogo I/Vitória/1975*. 68p. BN
- *Catálogo dos documentos da seção histórico e administrativa*. Vitória, Imp. Oficial, 1944. IHGB
- ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL (Pernambuco). *Arquivo do Barão de Lucena; catálogo*. Recife, Secretaria do Interior e Justiça, 1956. 15, 285p. il. BN
- BASTOS, A. C. Tavares. *Correspondência e catálogo de documentos da Biblioteca Nacional*. Brasília, Senado Federal, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1977. 246p. AN, FCRB
- BERNARDES, Fabiano José Viotti. *Levantamento de fontes primárias do município de Baependi (MG)*. *Revista de História*, A cidade e a história, São Paulo 57: 1643-53, 1974. CPDOC
- BIBLIOTECA NACIONAL, Lisboa. *Inventário: secção XIII — Manuscritos*. Lisboa, 1896. 188p. MM
- *A Secção ultramarina da Biblioteca Nacional: inventários*. Lisboa, 1928. 333p. MM
- BIBLIOTECA NACIONAL, Madri. *Inventário general de manuscritos de la Biblioteca Nacional*. Madrid, Ministério da Educacion Nacional, Direccion General de Archivos y Bibliotecas, 1953-1970. 9v. MM
- BIBLIOTECA NACIONAL, Rio de Janeiro. *Alexandre Rodrigues Ferreira; catálogo de manuscritos e bibliografia*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1952. 162p. BN
- Antonio Gonçalves Dias; catálogo de manuscritos e bibliografia. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 72, 1952. BN
- Catálogo da coleção Antônio Pereira Rebouças. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 88: 190-203, 1970. BN
- *Catálogo da coleção Salvador de Mendonça*. Rio de Janeiro, 1906. 126p. il. BN
- Catálogo de documentos sobre a Bahia existentes na Biblioteca Nacional. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 68, 1949. BN
- Catálogo de manuscritos sobre o Maranhão. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 70, 1950. BN
- *Catálogo de manuscritos sobre o Paraná existentes na Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 1953. 48p. il. BN
- Catálogo de manuscritos sobre Pernambuco existentes na Biblioteca Nacional. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 71:171-335, 1951. BN
- *Catálogo de manuscritos sobre São Paulo existentes na Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, MEC, 1953. 179p. MEC, BN
- *Catálogo dos manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Leuzinger, 1878-1904. 5v. BN, MEC
- Índices de documentos relativos ao Brasil pertencentes ao Arquivo Histórico Colonial de Lisboa. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 61, 1941. BN
- *Inventário dos documentos dos Arquivos da Casa Imperial do Brasil existente no Castelo D'Eu*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1939. 2v. MEC, IHGB, BN
- *Inventário dos documentos relativos ao Brasil, existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa*. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 75, 1957; 93, 1973; 97, 1977; 98, 1978. BN

- Joaquim Nabuco; catálogo e documentos. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 70, 1950. BN
- Manuscritos relativos à Independência do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 94, 1974. BN
- Manuscritos sobre a África e a Ásia. Rio de Janeiro, Olímpica, 1977. Separata dos *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 96:177-217, 1976. BN
- Relação dos documentos sobre o Brasil existentes no Arquivo Real de Haia. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 72, 1952. BN
- Revolução Praieira; catálogo e documentos. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 70, 1950. BN
- Ruy Barbosa; catálogo e documentos. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 70, 1950. BN
- BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL, Porto. *Catálogo dos manuscritos ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Lisboa, 1938. 307p. MM
- BOSCHI, Caio César. Documentos para a história de Minas Gerais existentes nos "Reservados" da Biblioteca Nacional de Lisboa. *Revista de História*. A cidade e a História, São Paulo, 57: 1345-70, 1974. CPDOC
- BOXER, Charles R. *Catálogo das cartas dirigidas a Manuel de Souza, oficial da Casa da Moeda do Brasil, 1695-1721*. /s.l./ Imp. Nacional, 1965. 40p. Separata da *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 266, jan./mar. 1965. IHGB
- BRANCHE, Henri Boullier de. *Inventário sumário dos documentos da Secretaria de Estado da Marinha*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1960. 57p. AN, MM
- BRASIL. Ministério da Guerra. Secretaria Geral. *Catálogo de obras raras, manuscritos e gravuras*. Primeira Exposição Geral do Exército. Rio de Janeiro, Imp. Militar, 1952. 135p. MM
- Ministério da Marinha. Serviço de Documentação. *Catálogo do Arquivo Cochrane*. Rio de Janeiro, 1975. 330p. IBCT, CPDOC, MM
- Ministério das Relações Exteriores. Departamento de Administração. Arquivo Histórico do Itamaraty. *Arquivo particular de Rodrigo de Souza da Silva Pontes*. Rio de Janeiro, 1967. 41p. mimeogr. CPDOC, FCRB, MRE
- *Arquivo particular do Barão da Ponte Ribeiro*. (Duarte da Ponte Ribeiro). Parte III-34. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, Seção de Publicações, 1965. 186p. FCRB, MRE
- *Arquivo particular do Barão do Rio Branco*. Parte III-34. 2.ed. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1967. 133p. CPDOC, MRE
- *Arquivo particular do Visconde de Cabo Frio*. Rio de Janeiro, 1967. 148p. mimeogr. CPDOC, MRE
- *Comissões e tribunais mistos: tráfico de negros e bloqueios, Comissão mista Brasil-Grã Bretanha e outras presas; guerra da independência, Comissão mista Brasil-Portugal*. Parte III-33. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1964, 264p. MRE, FCRB
- *Correspondência*. Parte I. Rio de Janeiro, Imp. Nacional. 1962. 343p. MRE, FCRB
- Arquivo Histórico do Itamaraty. *Documentação anterior a 1822*. Parte III-30. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1957. 242p. MRE, FCRB
- *Parte III-35/37*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1960. Conteúdo: n. 35 — Pareceres do Conselho de Estado; n. 36 — Documentos Históricos, primeira série (1822-1930); n. 37 — Documentos históricos segunda série (avulsos 1822-1930). MRE
- CARVALHO, José Branquinho de & SILVA, Armando Carneiro da. *Catálogo dos manuscritos do Arquivo Municipal*. Coimbra, Câmara Municipal, 1964. 315p. MM
- CATÁLOGO dos documentos sobre São Paulo, existentes no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. São Paulo, 1954. 354p. IHGB
- CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS ULTRAMARINOS. *As Gavetas da Torre do Tombo*. Lisboa, 1960-1971. 9v. MM
- DOMINGUES BORDONA, Jesús. *Manuscritos de América*. Madrid, Biblioteca de Palacio, 1935. 250p. MM
- FERREIRA, Carlos Alberto. *Índice dos documentos relativos à América do Sul existentes na Biblioteca da Ajuda*. Rio de Janeiro, Arquivo nacional, 1968. 153p. AN
- *Inventário dos manuscritos da Biblioteca da Ajuda referentes à América do Sul*. Coimbra /Atlântida/ 1946. 682p. IHGB, MM
- FONTES, Lucy Gonçalves. Relação das coleções de documentos dos séculos XVIII e XIX existentes na cidade de Tiradentes. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, 6 (1): 67-77, mar. 1977. IBICT, FGV
- & FIURA, Marisia Malheiros. Relação das coleções de documentos históricos dos séculos XVIII e XIX existente na cidade de São João Del Rei. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, 4 (2): 162-85, set. 1975. IBCT, FGV
- FRANÇA, Maria de Souza. Arrolamento das fontes primárias das cidades de Anápolis e Jacaguá. *Revista de História*. A cidade e a história, São Paulo, 56: 1181-1207, 1974. CPDOC
- HORCH, Rosemarie E. *Relação dos manuscritos da coleção J. F. de Almeida Prado*. São Paulo, USP, Instituto de Estudos Brasileiros, 1966. 167p. MM
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Relação dos manuscritos portugueses e estrangeiros, de interesse para o Brasil, existentes no Museu Britânico de Londres*. Coordenada por Oliveira Lima. Rio de Janeiro, Comp. Typ. do Brasil, 1903. 139p. MM
- *Catálogo dos manuscritos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro existentes em 31 de dez. de 1883*. Rio de Janeiro, Perseverança, 1884. 152p. BN, MM, IHGB
- *Catálogo dos manuscritos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 2.ª série em continuação da 1.ª publicada em 1884. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Laemmert, 1889. 40p. IHGB
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO. *Catálogo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, 1976. 461p. FCRB
- INSTITUTO RIO BRANCO. *Catálogo da coleção Visconde do Rio Branco*. Rio de Janeiro, Jornal do Commercio, 1950. 2v. BN
- LACERDA, Virgínia Côrtes de & REAL, Regina Monteiro. *Rui Barbosa em Haia: cinquentenário da Segunda Conferência da Paz (1907-1957)*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1957. 163p. FCRB
- LA FINGANIÈRE, Frederico Francis de. *Catálogo dos manuscritos portugueses existentes no Museu Britânico*. Lisboa, Imp. Nacional, 1853. 415p. MM
- LEVY, Barbara et alii. Arrolamento das fontes primárias do Arquivo Histórico da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (GB) *Revista de História*. A cidade e a história, São Paulo, 57: 1873-1916, 1974. CPDOC
- LOPES, Betralda. Arquivo da Região: Santos, São Vicente, Itanhaem. *Revista de História*. A cidade e a história

- ria, São Paulo, 56: 1161-80, 1974. CPDOC
- Levantamento de fontes-litoral paulista. I parte. Arquivos Administrativos. Paço Municipal — Santos. *Revista de História. A cidade e a história*, São Paulo, 57: 1519-85, 1947. CPDOC
- MACEDO, Deoclécio Leite de. *Tombos das cartas de sesmarias do Rio de Janeiro, 1594-1595; 1602-1605*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1967. 271p. AN
- MARTINEZ ORTIZ, José. *Documentos manuscritos y obras varias impresas referentes a la historia del Brasil, existentes em Valencia (Espanha)*. Valencia, Instituto de Estudios Americanistas, Institucion Alfonso el Magnanimo, 1969. 65p. MM
- MATEUS, Ari. O arrolamento das fontes primárias para a história de Sorocaba. *Revista de História. A cidade e a história*, São Paulo, 57: 1457-518, 1974. CPDOC
- MATHIAS, Herculano Gomes. *A coleção da Casa dos Contos de Ouro Preto (documentos avulsos)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1966. 290p. AN, BN
- MELO, José Alexandre Teixeira de. *Subsídios existentes na Biblioteca Nacional, para o estudo da questão de limites do Brasil pelo Oyapoch*. Rio de Janeiro, Leuzinger, 1895. 58p. BN
- MELO NETO, João Cabral de. *O arquivo das Índias e o Brasil; documentos para a história do Brasil existentes no Arquivo das Índias de Sevilha*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, Div. de Documentação, Seção de Publicações, 1966. 779p. IHGB, BN
- MOSTEIRO DE SÃO BENTO, João Pessoa. *Livro de Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade da Parahyba*. Recife, Imp. Oficial, 1949-51. 2v. BN
- MUSEU IMPERIAL. *Inventário analítico da coleção Amaro Emílio da Veiga e demais documentos transferidos do Arquivo do Exército*. Petrópolis, 1979. 24p. FCRB
- *Inventário analítico da coleção Antonio Soares Pinto*. Petrópolis, 1979. 13p. FCRB
- *Inventário analítico da coleção Aristides Armínio Guaraná*. Petrópolis, 1979. 15p. FCRB
- *Inventário analítico da coleção Carlos Gomes*. Petrópolis, 1979. 31p. FCRB
- *Inventário analítico da coleção Clemente Pereira*. Petrópolis, 1979. 21p. FCRB
- *Inventário analítico da coleção Jordão Vilela*. Petrópolis, 1979. 25p. FCRB
- *Inventário analítico da coleção Laet*. Petrópolis, 1979. 26p. FCRB
- *Inventário analítico da coleção Vieira de Carvalho*. Petrópolis, 1979. 18p. FCRB
- *Inventário analítico do Arquivo da Casa Imperial do Brasil, 1807-1816*. Petrópolis, Vozes, 1974. 311p. (Arquivo Histórico, 2/2). CPDOC, FCRB, BN
- *Inventário da coleção Martins Pinheiro*. Petrópolis, 1979. 18p. FCRB
- *Inventário do arquivo Leitão da Cunha: Barão de Mamoré*. Petrópolis, Vozes, 1972. 109p. (Arquivo Histórico, 1) CPDOC, FCRB, MM, BN
- MUSSO AMBROSI, Luis Alberto. *El Rio de La Plata en el Archivo general de Indias de Sevilla: guía para investigadores*. Montevideo, Depart. de Estudios Historicos del E.M.E., 1976. MM
- NORTON, Luiz. *Notícia sobre o Arquivo Militar de Lisboa; encontrado no Ministério das Relações Exteriores do Brasil*. Rio de Janeiro, Mauá, 1938. 94p. MM
- OLIVEIRA, Daise Aparecida et alii. *Catálogo geral de manuscritos do Arquivo Histórico Municipal Washington Luis. Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, 41 (191): 55-496, jan./dez. 1978. CPDOC
- PAZ, Juliá. *Catálogo de manuscritos de América existente en la Biblioteca Nacional*. Madrid, Tip. de Archivos, 1933. 724p. MM
- *Catálogo II. Secretaria de Estado: capitulaciones con la casa de Austria y negociaciones de Alemania, Sajonia, Polonia, Prusia y Hamburgo, 1493-1796*. 2.ed. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1942. v. 2. MM
- *Catálogo III. Secretaria de Estado: documentos de las negociaciones de Flandes, Holanda y Bruselas y papeles genealógicos 1506-1795*. 2.ed. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1946. v. 3. MM
- PESCADOR DEL HOYO, Maria del Carmen. *Documentos de Índias, siglos XV-XIX: catálogo de la série existentes en la seccion de diversos*. Madrid, Archivo Histórico Nacional, 1954. 282p. il. MM
- PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Arquivo Histórico. *Correspondência passiva da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, 1764-1846 e 1804-1879*. Porto Alegre, 1976. 156p. (Cadernos, 2). CPDOC
- *Correspondência passiva da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, 1847-1866*. Porto Alegre, 1976. 127p. (Cadernos, 4). CPDOC
- *Correspondência passiva da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre, 1867-1886*. Porto Alegre, 1977. 117p. (Cadernos, 7). CPDOC
- RAMOS, Dulce Helena Alvares Pessoa. Arrolamento de fontes primárias do Arquivo da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. *Revista de História. A cidade e a história*, São Paulo, 56: 1209-1302, 1974. CPDOC
- RANDAZZO, Vera Iolanda. *Catálogo de documentos históricos de Mato Grosso*. Cuiabá, Fundação Cultura de Mato Grosso, 1977. 80p. CPDOC
- RANGEL, Alberto, ver. BIBLIOTECA NACIONAL, Rio de Janeiro. *Inventário dos documentos da Casa Imperial do Brasil*.
- RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha. *Catálogo dos manuscritos da Biblioteca Pública Eboreense*. Lisboa, Imp. Nacional, 1850. 459p. MM
- RODRIGUES-MOÑINO, Antonio. *Catálogo de los documentos de América existentes en la colección de jesuitas en la Academia de la Historia*. Badajoz, Imprenta Excma, 1949. 249p. MM
- ROMÃO, José Eustáquio. *Arquivo Odilon Braga, 1: Manifesto dos mineiros e Revolução de 1930*. Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, 1979. 100p. CPDOC
- SILVA, Katia Maria de Carvalho. *Inventário da Casa de Cultura Afrânio Peixoto: cartas, 1894-1937*. Salvador, Fundação Cultura do Estado da Bahia, 1977. 102p. FCRB
- SILVEIRA, Otaviana Mariana da. Levantamento das fontes primárias para a história — Patos de Minas — Estado de Minas Gerais. *Revista de História. A cidade e a história*, São Paulo, 57: 1655-76, 1974. CPDOC
- SOUTO MAIOR, Pedro. *Nos arquivos de Espanha; relação dos manuscritos que interessam ao Brasil*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1918. 288p. MM
- SOUSA, Maria Cecília Guerreiro de. *Inventário de documentos históricos sobre o Centro-Oeste*. s.l, Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, s.d. 4v. CPDOC

TORRES LANZAS, Pedro. *Catálogo de legajos del Archivos General de Indias: sección segunda*, Contaduría General del Consejo de Indias. Sevilla, Centro de Estudios Americanistas, 1921. 81p. MM

TORRES REVELLO, José. *El Archivo general de Indias de Sevilla: historia y clasificación de sus fondos*. Buenos Aires, Casa J. Penser, 1929. 214p. il. MM

TUDELA DE LA ORDEN, José. *Los manuscritos de América en las bibliotecas de España*. Madrid, Cultura Hispanica, 1954. 586p. MM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Arquivos para a história do Brasil Meridional*. Curitiba, 1971. 58p. CPDOC

— *Fontes para a história de Imperatriz no Maranhão*. Curitiba, 1979. 108p. CPDOC

WILLEKE, Venâncio, OFM. O Arquivo da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro (296): 287-97, jul./set. 1972. FGV

3. Instituições consultadas no Rio de Janeiro.

AN — Arquivo Nacional, Praça da República, 26, Centro, tel.: 252-2338.

BN — Biblioteca Nacional, Av. Rio Branco, 219, Centro, tel.: 242-3569.

CPDOC — Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Praia de Botafogo, 190, 12º andar, Botafogo, tel.: 551-1542, r. 273.

FCRB — Fundação Casa de Rui Barbosa, Rua São Clemente, 134, Botafogo, tel.: 286-1297.

FGV — Fundação Getúlio Vargas, Biblioteca, Praia de Botafogo, 190, 7º andar, Botafogo, tel.: 551-1542, r. 170.

IBICT — Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rua General Argolo, 90, São Cristóvão.

IHGB — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Av. Augusto Severo, 8, Lapa, tel.: 232-1212, 252-4430.

MEC — Ministério da Educação e Cultura, Biblioteca Euclides da Cunha, Rua da Imprensa, 16, Castelo, tel.: 220-4389.

MM — Ministério da Marinha, Rua Dom Manuel, 15, Centro, tel.: 224-7544.

MRE — Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), Arquivo Histórico, Av. Marechal Floriano, 196, Centro, tel.: 223-8280, r. 84.

RESENHA BIBLIOGRÁFICA

Documentação Municipal em Catálogo

Heloísa Liberalli Bellotto*

Resumo

O encontro entre o historiador e o documento é proporcionado pelos instrumentos de pesquisa. Dentre estes, a modalidade catálogo é das que mais exigem do arquivista conhecimentos técnicos, históricos e administrativos. Um cuidadoso trabalho de descrição dos documentos oriundos da administração da Cidade de São Paulo, desde o século XVI, foi elaborado pela equipe de arquivistas do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís, da Prefeitura de São Paulo, resultando no Catálogo Geral de Manuscritos.

A dinâmica da vida administrativa da Cidade de São Paulo, na qual se evidenciam as relações governomunicipais, através de direitos e deveres recíprocos ao largo de quatro

séculos, pode agora ser rastreada, graças ao catálogo que o Arquivo Municipal Washington Luís acaba de lançar.

Instrumentos de pesquisa (guias, inventários, catálogos, repertórios e índices) que permitam o conhecimento dos acervos custodiados nos arquivos permanentes são escassos no Brasil. Atualmente, honrosas exceções pertencem ao Arquivo Histórico do Itamaraty, ao Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis, ao Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas e ao Centro de Documentação da Marinha. Essas instituições, publicando algumas daquelas obras de referência, têm possibilitado maior eficiência e exatidão na exploração de seus acervos.

O arquivista, ao elaborar o instrumento de pesquisa deve transmitir, com fidelidade, os documentos arrolados. Da precisão de suas in-

formações depende, em grande parte, o êxito da pesquisa. Não é sem razão que F. J. Himly, o notório especialista francês em *instruments de recherche* tem acentuado que inventários e catálogos mal-elaborados esterilizam a pesquisa. Ao se constituírem esses instrumentos, por excelência e por definição, em vias de acesso do historiador às fontes documentais, é evidente que os dados omitidos dificilmente serão detectados pelo pesquisador.

Dentre os instrumentos de pesquisa, o catálogo é o mais fascinante para o arquivista; ao mesmo tempo em que se apresenta como o mais difícil e desafiante, testa-lhe conhecimentos de paleografia, de história, de estruturas administrativas e de técnica arquivística.

É, justamente, um catálogo sumário de manuscritos o que a equipe de arquivistas do Arquivo Municipal de São Paulo se dispôs a

* Pesquisadora do Instituto de Estudos Brasileiros e Prof.ª de Arquivística da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

concretizar.¹ Temos, pois, na definição consagrada internacionalmente uma "relação metódica na qual as entradas dos documentos são dispostas segundo um critério temático, cronológico, onomástico ou outro, incluindo os documentos pertencentes a um ou mais fundos e sendo descritos de forma sumária".

Nesse catálogo a disposição dos verbetes obedece à ordem alfabética de grandes assuntos, mencionando-se a vinculação aos respectivos fundos, segundo suas unidades de produção. São referenciados 3.807 códices (volumes encadernados) cujas datas se situam entre 1555 (Atas da Câmara) e 1965 (alguns dossiês de funcionários, constituindo exceção, uma vez que, por sua modernidade, e, portanto, vigência jurídica e administrativa, deveriam estar abrigados no Arquivo Intermediário da Prefeitura, o Arquivo do Piquerí).

¹ Oliveira, Daíse Aparecida & Cerqueira, Carlos Gutierrez. Catálogo geral de manuscritos do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, 41 (191):55-496, jan./fev. 1979.

O critério escolhido foi o temático. As unidades estabelecidas (assuntos) foram cargos públicos, cemitérios, comércio e indústria, demografia, ensino, fazenda, imprensa, justiça, legislação, Matadouro Municipal, obras particulares, obras públicas, política, registros gerais, saúde, segurança, terras, transporte, vereança.

A tipologia documental está representada por atas, registros, impostos, relações, inventários, instruções, decretos, resoluções, portarias, posturas, alvarás, licenças, contratos, ofícios, requerimentos, despachos, contas, lançamentos, termos, estatísticas.

Os órgãos produtores da massa documental, que vêm a se constituir em fundos de arquivo, são, entre outros, a Câmara Municipal, o Tesouro Municipal, a Intendência de Justiça e Política e seus sucessivos desmembramentos, e o Conselho da Intendência (Intendências que, aglutinadas, deram origem à Prefeitura Municipal).

A excessiva preocupação dos autores com a direção da pesquisa

histórica em seu Arquivo, cercando demasiadamente o material repertoriado com remissivas, acabou por gerar certa confusão entre fundo, assunto e natureza do documento. Seria de desejar uma melhor ordenação entre os fundos e suas respectivas séries, assim como entre entradas principais e secundárias. Essas dificuldades, sanáveis a nível de catálogo, sem que se altere o arranjo e a descrição unitária, obviamente poderão ser corrigidas quando da nova edição, acrescida dos *documentos avulsos*, atualmente objetos de trabalho da equipe.

Se no campo da publicação de instrumentos de pesquisa nossa Arquivologia é pobre, no que concerne à descrição de arquivos municipais de considerável acervo, ela é praticamente virgem. Assim, quer pelo exemplo que oferece aos arquivistas municipais brasileiros, quer pela contribuição valiosa à descrição dos arquivos para estudos teóricos, e ainda pelas novas perspectivas que abre à história de São Paulo, esse catálogo tem méritos de pioneirismo, de qualidade e de permanência.

ENTREVISTA

Arquivos Eclesiásticos

O Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, pela importância e riqueza de sua documentação mereceu a atenção especial de nossa equipe de reportagem, que entrevistou Aloysio de Oliveira Martins, arquivista e coordenador dos trabalhos de reorganização do acervo.

A que pode ser atribuída a pequena freqüência do público ao Arquivo da Cúria?

— Quero crer que o quase total desconhecimento por parte do público e, também, o fato de só haver sido instalado há dois anos faz

com que o Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro seja muito pouco freqüentado.

Para maior informação do público, poderia dar algumas informações sobre o acervo documental da Cúria?

— Seu acervo é constituído por mais de um milhão de documentos, precariamente instalado em prateleiras inadequadas, entre paredes com fendas e rachaduras. O arquivo possui valiosa e curiosíssima documentação sobre as primeiras famílias do Rio de Janeiro, número de paróquias, regis-

tros de nascimento e batismo, atestados de óbito, processos de anulação de casamento, relatos sobre a invasão francesa em Portugal, dados sobre a Colônia de Sacramento e até um diário de Dona Maria I, mãe de D. João VI.

Que providências foram tomadas para a reorganização da documentação do arquivo?

— Sob a direção de Monsenhor Vital de Albuquerque Cavalcante, o arquivo vem sendo organizado por um grupo de quatro funcionários, por mim liderados, con-

tando, ainda, com a colaboração de quatro estagiários recrutados através de convênio firmado com a Fundação MUDÉS.

A equipe vem procedendo à leitura e à classificação de documentos que datam de até três séculos atrás e, eventualmente, auxilia os pesquisadores em suas consultas e pesquisas.

Até o momento, quais os resultados concretos obtidos pela equipe contratada?

— Os resultados obtidos até o momento estão ainda muito aquém do que se poderia desejar. Isto se deve, sobretudo, à falta de pessoal especializado em conhecimentos paleográficos, indispensáveis à compreensão de manuscritos antigos que compõem, em sua maioria, o acervo da Cúria.

Além da reorganização do acervo, quais os principais problemas a serem enfrentados pela Cúria Metropolitana?

— As instalações precárias e reduzidas e a falta de um laboratório de restauração são preocupações constantes do Diretor, Monsenhor Vital, que, para saná-las, pelo menos em parte, vem enviando esforços no sentido de transferir o acervo para as dependências do Palácio São Joaquim, onde os documentos ficarão ao abrigo da umidade e dos insetos, que no momento, constituem lugar comum na Cúria.

Sabemos que a documentação do Arquivo da Cúria apresenta inúmeras curiosidades. Poderia citar algumas delas?

— Em meio à documentação mais antiga, já classificada, destacam-se: *proclamas*, datados de 1620, que se constituem em processos de casamento, onde os fu-

turos casais expõem os motivos da união, arrolam seus bens, escolhem testemunhas e autoridades eclesásticas para a legalização do enlace; *libelos de divórcio* das primeiras décadas do século XVIII, e que nada mais são do que tentativas de anulação de casamento, descrevendo minuciosamente adúlteros e outras justificativas para a separação; *tábuas de povoação*, documentos precursores dos censos demográficos.

Os levantamentos populacionais foram realizados pelo Bispo do Rio de Janeiro, que, no início do século passado, englobava ainda os Estados de Santa Catarina, Espírito Santo e Rio Grande do Sul.

As tabelas eram divididas pelos grupos étnicos, e pela condição de escravos ou libertos dos membros da comunidade.

O diário do confessor de D. Maria I de Portugal foi encontrado em péssimo estado de conservação, por esse motivo sua con-

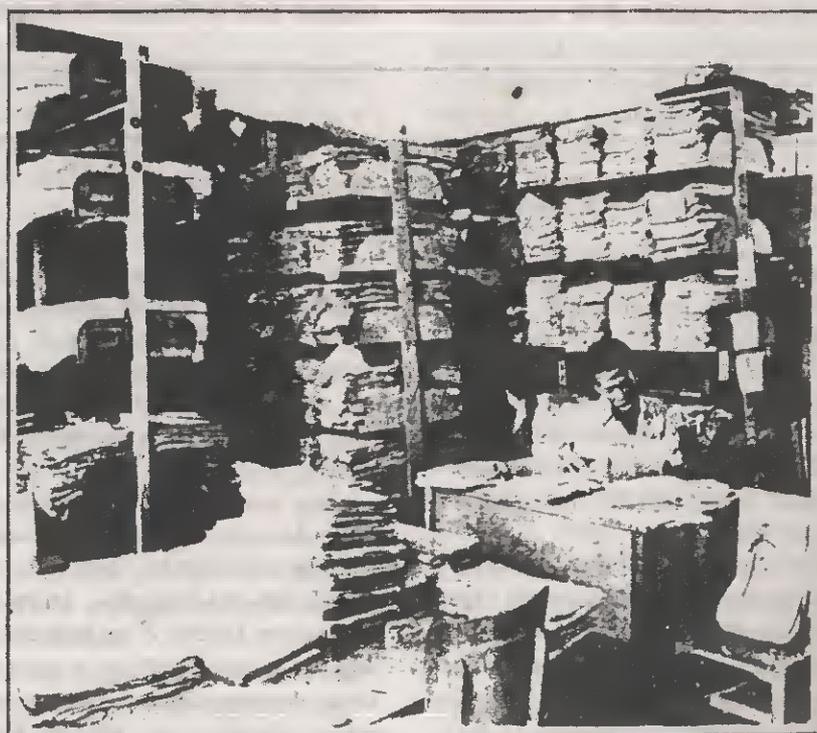
sulta e manuseio estão proibidos ao público.

No momento, quais os problemas ou dificuldades que mais atingem o arquivo da Cúria Metropolitana?

— Por falta de funcionários e de melhores condições de trabalho, milhares de documentos, da maior importância para a pesquisa histórica, genealógica, geográfica e de outras ciências, encontram-se ainda dentro de caixas de ferro, lacradas, sem terem recebido qualquer espécie de tratamento técnico que permita a sua consulta.

Um arquivo de Cúria como o que você atualmente organiza tem alguma particularidade?

— Sim. A cristandade foi a única a ter a preocupação de registrar essa espécie de demografia histórica, que constitui o nosso acervo, anotando nascimentos, batizados, casamentos, testamentos e óbitos, enfim, todos os atos pri-



O Arquivo da Cúria tem ainda muito material a ser catalogado.

mordiais da vida do ser humano, desde o seu aparecimento neste mundo até a sua partida dele. É esse tipo de documentação (que durante o período colonial e imperial foi da competência exclusiva da Igreja) que torna o arquivo da Cúria um dos mais ricos repositórios do país. Tais documentos só deixaram de ter validade legal quando o Código Civil Brasileiro (Lei n.º 3.071, de 1.º de janeiro de 1916) determinou que somente os Registros Cíveis passariam a ter força legal, sendo reconhecidos pelo Estado. Se por um lado esses documentos perderam seu valor legal, por outro mantiveram seu interesse histórico.

Onde está situado o arquivo da Cúria e quais as condições de seu funcionamento para o público?

— O Arquivo da Cúria está provisoriamente instalado num anexo da antiga Catedral Metropolitana — Rua 1.º de Março — no centro da cidade, e seu espaço físico é mínimo para armazenar um acervo dos mais valiosos da historiografia demográfica brasileira. Está aberto à consulta de segunda a sexta-feira, das 9 às 12 horas e das 13 às 17 horas.

Em termos concretos, alguma providência foi tomada junto às autoridades para sanar, pelo menos

em parte, essa série de dificuldades que vem afetando o patrimônio documental colocado sob a custódia da Cúria?

— Recentemente foi publicada uma reportagem em um dos periódicos de maior circulação no país e inúmeros apelos oficiais foram dirigidos aos nossos governantes. Parece que, enfim, começam a surgir os primeiros resultados. Assim é que, recentemente, recebemos a visita de técnicos da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que vieram aquilatar nossos problemas mais imediatos. Esperamos, para breve, a concretização de medidas que venham a sanar nossas dificuldades mais prementes.

DESBUROCRATIZAÇÃO

O Avanço Após um Ano*

Arquivo & Administração vem acompanhando, passo a passo, as medidas adotadas pelo Ministro Beltrão para desburocratizar a máquina emperrada da administração brasileira.

Reproduzimos matéria publicada em *O Globo*, de 20 de julho de 1980, data em que o Programa Nacional de Desburocratização completou seu primeiro aniversário de existência, da qual constam uma retrospectiva dos principais resultados obtidos nesse período, e uma entrevista concedida por Hélio Beltrão àquele órgão de imprensa, em que faz um balanço do que foi esse primeiro ano de sua gestão.

— O programa é a continuação da abertura — explica o ministro — é a extensão da abertura ao mundo burocrático, ao cotidiano

do homem comum. No plano político, a liberdade significa a proteção do cidadão contra o arbítrio do Estado. Mas, no cotidiano do cidadão, é preciso protegê-lo da burocracia, do desrespeito aos seus direitos de usuário.

Com o primeiro ano do Programa Nacional de Desburocratização, o que o senhor aponta como principais êxitos?

— O êxito principal do programa não é aquele que se traduz em números: é o da conscientização da opinião pública. Acho que o assunto foi colocado em pauta. É a adesão da opinião pública aos objetivos do programa, que foi por ela entendido, e o apoio dos meios de comunicação. Tudo isso é essencial ao êxito de um processo que é eminentemente cultural, embora tenha aspectos materiais que implicam a mudança de idéias, decretos, regulamentos, onde a burocracia está indiscriminada. Mas, sem esse apoio da opinião públi-

ca, sem essa conscientização, e sem, inclusive, a criação de um certo inconformismo contra a frieza burocrática, o que foi estabelecido nesse período, o programa não teria o ímpeto necessário.

Por que não é possível ao funcionário tomar a iniciativa de simplificar a vida do usuário?

— Isso exige uma explicação, exige que se desfaça um equívoco. A burocratização não é fruto de uma conspiração dos funcionários, é um processo inconsciente, até certo ponto, e que remonta a séculos. O problema burocrático é tão grande que não pode ser atacado todo ele ao mesmo tempo.

O funcionário, quando exige o cumprimento de uma formalidade absurda, não o faz por deliberação própria, mas porque o regulamento da seção o exige; por isso o problema é lento. Eu posso também lhe assegurar que existe uma adesão do grosso do funcionalismo a esses objetivos.

* Extraído de *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 jul. 1980, p. 10.

Qual a ação de seu Ministério junto ao Judiciário?

— Como você sabe, o Judiciário é um poder autônomo. O Executivo não tem autoridade sobre o Judiciário, mas pode sugerir leis, em articulação ou sob inspiração de sugestões de integrantes do Judiciário, no sentido de introduzir alguns princípios fundamentais do processo de desburocratização. Eu não estou me referindo a nenhuma reforma do Judiciário. Estou me referindo ao descongestionamento burocrático do Judiciário, uma vez que a Justiça é sabidamente demorada neste País, e sofre as mesmas críticas que sofre o Executivo. É fundamental o funcionamento de uma Justiça rápida. Não se pode pensar em atender bem ao usuário do serviço público, e este é o objetivo do programa, sem que também a Justiça adote os princípios básicos da desburocratização. Neste momento, há uma proposta importantíssima no Congresso, eliminando os recursos *ex-officio* das decisões contra a Fazenda, desde que o valor seja inferior a 100 ORTNs. Essas coisas significam simplificar extraordinariamente o trabalho da Justiça, e limpar a pauta do Tribunal, às vezes, de até 60% dos processos, o que significará uma Justiça mais rápida.

O novo Código de Menores exige a autorização do juiz para o menor viajar, mesmo em companhia dos pais. O senhor fez alguma tentativa nessa área?

— Fiz. Eu tinha acabado de assumir quando sobreveio o projeto do novo Código de Menores. É um projeto que contém inúmeras medidas aperfeiçoadoras, mas algumas burocratizantes. Na ocasião, eu emití a minha opinião junto à Presidência no sentido de que essa exigência de autorização do juiz para a viagem do menor, quando

já existe a autorização paterna, além de constituir uma restrição ao pátrio poder, é uma medida burocratizante e extremamente anti-pática. Entretanto, à época, o presidente havia assumido, com os juizes de menores, o compromisso de não vetar artigos do Código, uma vez que ele tinha sido aprovado por unanimidade, pelos juizes. Tratava-se de um ato para celebrar o Dia do Menor. Esse assunto ficou para ser analisado em outra oportunidade, mas, por enquanto, o Código de Menores insere essa medida da qual discordo.

Ministro, para simplificar a vida do brasileiro, quais os próximos pontos que o senhor vai atacar?

— É preciso lembrar que um programa de desburocratização se insere claramente no processo de abertura política. Ele é, na verdade, uma extensão da abertura política ao mundo burocrático e ao cotidiano do homem comum. Existe a grande liberdade no plano político, que significa, a rigor, proteger o cidadão contra o arbítrio do Estado, a opressão do Estado no plano político. Mas o cotidiano do cidadão é feito de contatos com a burocracia, desde que acorda até que dorme. É preciso proteger o cidadão contra o arbítrio da burocracia, contra a opressão da burocracia, contra a exigência desnecessária e contra o desrespeito aos seus direitos como usuário. Está-se tratando, na verdade, de um problema político, de um problema que afeta o poder. Não se trata de um problema técnico, o programa não pretende racionalizar a administração pública. Para isso existem nos ministérios os vários órgãos; isso é atividade de cada ministério.

No primeiro ano de desburocratização, a eliminação de certos do-

mentos fez aumentar o número de fraudes?

— O que se verificou neste primeiro ano é o fato notório de que fraudes sempre existiram. O Ministro Jair Soares está todos os dias levantando fraudes, todas essas fraudes são anteriores ao programa. É preciso fixar um conceito muito claro: o documento não acaba com a fraude, o que acaba com a fraude é a cadeia. O falsário existirá sempre, apenas ele é uma percentagem reduzida da população, a qual, segundo minha experiência empírica, nunca ultrapassa 3%.

O senhor pode adiantar algumas medidas futuras, a curto prazo, do plano?

— De imediato, existem algumas medidas que devem ser encaminhadas ao Judiciário, brevemente. Um projeto muito importante está em fase de negociação, e interessa profundamente à Federação: é a aceleração da desburocratização das transferências de recursos federais aos estados e municípios. Há recursos federais vultuosos que o Governo arrecada mas que têm destinação estadual ou municipal e que constituem a maior parcela da arrecadação dos municípios. Entretanto, o procedimento é extremamente burocratizante, submete todas essas transferências a planos complicados. A realidade concreta é que a receita que têm, por exemplo, os municípios (que já têm a sua receita muito reduzida, que são o primo pobre da Federação) por transferência do Governo federal chega a eles com um atraso de seis meses. Com as taxas de inflação vigentes, há de se admitir que é um absurdo. São cerca de 11 transferências distintas e impostos simples. É um projeto de maior alcance para a Federação. E, me parece, de um profundo alcance político, embora eu não vá alterar

a partida tributária, que não é competência de meu Ministério, mas vá desburocratizar a transferência dos recursos que já estão definidos em lei, devendo ser remetidos aos estados e municípios. Também se pretende, em outubro, introduzir nova mudança nas carteiras de motorista, o prazo de sua validade será dilatado. Uma vez feito o primeiro exame de saúde, o outro só quando o interessado completar 40 anos.

O Programa Nacional de Desburocratização foi instituído em 18 de julho de 1979, com o objetivo de simplificar e dinamizar o funcionamento da Administração Federal, reduzir a interferência do Governo na atividade privada e facilitar o atendimento dos usuários do serviço público. Para orientar e coordenar a execução do Programa foi nomeado um Ministro Extraordinário, integrante da estrutura da Presidência da República.

O Programa aplica-se aos órgãos e entidades da Administração Federal (direta e indireta). As solicitações de informações do Ministro Extraordinário, resultantes de reclamações dos usuários do serviço público, são endereçadas diretamente a qualquer órgão federal e têm tratamento urgente e prioritário, dispensando o trânsito intermediário pelos órgãos superiores.

Ao completar um ano de atividades, já haviam sido expedidos no âmbito do Programa mais de 100 atos simplificadores, entre leis, decretos-leis, decretos, portarias, e outros. Estimam-se em cerca de 300 milhões por ano os documentos, exigências e formalidades abolidos por força desses atos.

Principais Medidas Simplificadoras

1. Cancelados os débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Nacional, de valor originá-

rio igual ou inferior a Cr\$ 1 mil, inscritos como Dívida Ativa da União, pelas Procuradorias da Fazenda Nacional, até 31 de dezembro de 1978, arquivando-se os respectivos processos administrativos; e, ainda, os débitos não-inscritos como Dívida Ativa, concernentes de qualquer natureza e custas processuais. (Decreto-Lei n.º 1.687, de 18.7.79)

Observação: O limite foi elevado de Cr\$ 1 mil para Cr\$ 3 mil pelo art. 6.º do Decreto-Lei n.º 1.736, de 20.12.79.

2. Intensificadas nos vários ministérios as atividades de descentralização das decisões, mediante redefinição ou delegação de competência. (Decreto n.º 83.785, de 30.7.79)

3. Determinada a exclusão da audiência sistemática de órgãos técnicos em processos referentes a assuntos sobre os quais não haja controvérsia a esclarecer ou já exista decisão de caráter normativo. (Decreto n.º 83.785, de 30.7.79)

4. Recomendada a dispensa da remessa rotineira de processos aos órgãos jurídicos, encaminhando-se, apenas, os que envolvem questão jurídica nova, assim considerada dúvida de direito ainda não dirimida em pronunciamentos anteriores dos referidos órgãos. (Decreto n.º 83.785, de 30.7.79)

5. Suprimida a obrigatoriedade da tramitação de documentos e processos por protocolos gerais. Os assuntos serão, sempre que possível, diretamente encaminhados ao setor competente para estudá-los ou resolvê-los. (Decreto n.º 83.785, de 30.7.79)

6. Autorizada a comunicação direta e o livre trânsito de informações entre órgãos ou unidades da Administração, dispensada a exigência de trânsito intermediário pelos órgãos superiores. (Decreto n.º 83.785, de 30.7.79)

7. Determinada a rigorosa observância do Decreto n.º 63.166/68, que dispensa o reconhecimento de firmas em documentos que transitam pela Administração Pública Federal, direta e indireta. (Circular n.º 01, de 30.7.79, do Ministro Chefe do Gabinete Civil)

8. Transferida ao CONTRAN a competência para alterar modelos de documentos previstos no Regulamento do Código Nacional de Trânsito, com a aprovação do Ministério da Justiça, entre os quais a Carteira Nacional de Habilitação. (Decreto n.º 83.863, de 16.8.79)

9. Cancelados os débitos, de qualquer natureza, para com as autarquias federais, de valor originário igual ou inferior a Cr\$ 1 mil, constituídos até 31 de dezembro de 1978, inscritos ou não como Dívida Ativa, arquivando-se os respectivos processos administrativos. (Decreto-Lei n.º 1.694, de 6.9.79)

10. Determinado, no relacionamento da Administração com seus servidores e com o público, o prevailecimento do princípio da presunção da veracidade, que consiste em acreditar-se, até prova em contrário, que as pessoas estão dizendo a verdade. (Decreto n.º 83.936, de 6.9.79)

11. Abolida, nos órgãos e entidades da Administração Federal, direta ou indireta, a exigência de apresentação dos atestados de vida, residência, pobreza, dependência econômica, idoneidade moral e bons antecedentes, aceitando-se, em substituição, a declaração do interessado ou procurador bastante. (Decreto n.º 83.936, de 6.9.79)

12. Abolida a obrigatoriedade da juntada de qualquer documento no original, quando não decorrente de exigência legal. A apresentação de cópia autenticada dispensa a apresentação do original. (Decreto n.º 83.936, de 6.9.79)

13. Autorizada a autenticação de cópia do documento pelo próprio servidor, mediante cotejo com o original, que será imediatamente restituído ao interessado. (Decreto n.º 83.936, de 6.9.79)

14. Proibida a exigência de prova de fato já comprovado pela apresentação de outro documento válido. (Decreto n.º 83.936, de 6.9.79)

15. Autorizada a comunicação entre o órgão e o interessado por qualquer meio: comunicação oral, telefônica, etc. (Decreto n.º 83.936, de 6.9.79)

16. Regulamentada e expandida a utilização das delegações de competência. Na omissão, o prazo de vigência ter-se-á por indeterminado. A mudança de titular do cargo não acarretará a cessação da delegação. (Decreto n.º 83.937, de 6.9.79)

17. Autorizada a delegação de competência à autoridade não diretamente subordinada ao delegante, bem como a subdelegação de competência. (Decreto n.º 83.937, de 6.9.79)

18. Incentivada a incorporação, em caráter permanente aos registros ou normas internas dos órgãos da Administração, das competências que tenham sido objeto de delegação. (Decreto n.º 83.937, de 6.9.79)

19. Vedada a exigência de qualquer documento para instruir o pedido de substituição da Carteira de Motorista, quando da renovação do exame de sanidade física e mental. (Resolução n.º 553, de 18.9.79, do CONTRAN)

20. Suprimidos, por desnecessários, no modelo da Carteira Nacional de Habilitação, a fotografia, a assinatura e o número do CIC. (Resolução n.º 553, de 18.9.79, do CONTRAN)

21. Limitada a seis casos a exigência de apresentação do CIC ou da indicação do número de CPF. (Decreto n.º 84.047, de 2.10.79)

22. Dispensada a entrega anual da relação de empregados (relação dos 2/3), prevista no art. n.º 360 da CLT. (Portaria n.º 3.558, de 3.10.79, do Ministro do Trabalho)

23. Cancelados os débitos de qualquer natureza para com a Previdência Social de valor originário igual ou inferior a Cr\$ 3 mil, relativos a: saldos devedores concernentes a operações imobiliárias; débitos remanescentes de locações imobiliárias; de ex-servidores falecidos ou que se encontrem em local incerto ou ignorado; locação de serviços; financiamentos para compra de caminhões, concedidos pelo IAPETC. (Decreto-Lei n.º 1.699, de 16.10.79)

24. Extinto o registro das letras de câmbio e notas promissórias. (Decreto-Lei n.º 1.700, de 18.10.79)

25. Abolida a exigência de comprovação prévia de inscrição, alteração ou baixa no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC) para o registro ou arquivamento de atos nas Juntas Comerciais, bem como para a liberação e entrega dos respectivos documentos aos interessados. A inscrição, alteração ou baixa no CGC passou a ser feita simultaneamente com os atos correspondentes nas Juntas Comerciais. Com isso, os interessados não mais precisam se dirigir ao órgão da Receita Federal. (Decreto n.º 84.101, de 18.10.79)

26. Reduzida a seis casos a exigência, pelos órgãos da Administração Federal, de prova de quitação de tributos, multas e outros encargos fiscais. (Decreto-Lei n.º 1.715, de 22.11.79)

27. Extinta a declaração de devedores remisso à Fazenda Nacio-

nal. (Decreto-Lei n.º 1.715, de 22.11.79)

28. Dispensados o Departamento Nacional de Registro do Comércio e as Juntas Comerciais da obrigação de remeterem à Secretaria da Receita Federal cópia dos documentos referentes a contratos, alterações e distratos. (Decreto-Lei n.º 1.718, de 27.11.79)

29. Dispensada a comprovação de entrega da declaração do imposto de renda para a percepção de vencimentos de servidores federais, estaduais e municipais. (Decreto-Lei n.º 1.718, de 27.11.79)

30. Dispensadas as repartições federais, estaduais e municipais que pagarem juros de títulos nominativos da dívida pública da obrigação de comunicarem, anualmente, as transferências de títulos ocorridas no ano anterior. (Decreto-Lei n.º 1.718, de 27.11.79)

31. Dispensados os Cartórios de Notas, de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, os escritórios dos Cartórios de Justiça, os oficiais de Registro de Imóveis e Hipoteca Marítima da obrigação de remeter à Secretaria da Receita Federal diversas informações sistemáticas previstas na Legislação do Imposto sobre a Renda. (Decreto-Lei n.º 1.718, de 27.11.79)

32. Dispensado o INPI da obrigação de fornecer à Secretaria da Receita Federal informações sobre o registro de patentes de invenção e de marcas de indústria ou de comércio. (Decreto-Lei n.º 1.718 de 27.11.79)

33. Dispensadas as companhias de seguro da obrigação de prestar, anualmente, à Secretaria da Receita Federal, informações sobre o pagamento de pensões a seus contribuintes. (Decreto-Lei n.º 1.718, de 27.11.79)

34. Dispensadas as entidades pagadoras de direitos autorais da

obrigação de informar, anualmente, à Secretaria da Receita Federal os rendimentos pagos a título de direitos autorais. (Decreto-Lei n.º 1.718, de 27.11.79)

35. Dispensadas as instituições financeiras da obrigação de prestar informações à Secretaria da Receita Federal sobre os juros pagos ou creditados, quando superiores a Cr\$ 400,00, ficando essa exigência sujeita à regra geral de informação de rendimentos pagos. (Decreto-Lei n.º 1.718, de 27.11.79)

36. Restabelecida a permissão para que a Caixa Econômica Federal e outros estabelecimentos de crédito aceitem bens em garantia de empréstimos, por valores superiores aos consignados na declaração de bens. (Decreto-Lei n.º 1.718, de 27.11.79)

37. Implantado, no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, o sistema de amostragem, por duplo canal, na conferência aduaneira de bagagem acompanhada de passageiros procedentes do exterior por via aérea. (Instrução Normativa n.º 074, de 29.11.79, da SRF)

38. Reduzida radicalmente a exigência de documentação aos pretendentes à aquisição de unidades habitacionais pelo Sistema Financeiro de Habitação, nos financiamentos de valor igual ou superior a 1.500 UPC, passando-se a exigir, tão-somente, além do documento de identidade, a carteira profissional ou contra-cheque ou contrato de trabalho. O interessado limitar-se-á a preencher ficha sócio-econômica no momento da solicitação do crédito. (Lei n.º 6.748, de 10.12.79)

Observação: As certidões, atestados e outros documentos anteriormente exigidos do comprador atingiam freqüentemente a 40.

39. Extinto o Certificado de Aplicação de Incentivos Fiscais (CAIF). A aplicação passou a ser

feita automaticamente com base na opção exercida pelo contribuinte. (Decreto-Lei n.º 1.752, de 31.12.79)

40. Eliminada a entrega anual da Relação de Menores. (Portaria n.º 3.007, de 17.1.80, do Ministro do Trabalho)

41. Dispensada a anuência prévia do DASP para aquisições e/ou alienações de veículos pelos órgãos setoriais e seccionais integrantes do Sistema de Serviços Gerais (SISG). (Instrução Normativa n.º 114, de 14.1.80)

42. Eliminadas exigências sobre informações concernentes a licitações e contratos para prestação de serviços de limpeza, conservação e vigilância, com a abolição do envio de diversos documentos ao SISG — Órgão Central do Sistema de Serviços Gerais do DASP. (Instrução Normativa n.º 115, de 17.1.80, do DASP)

43. Dispensada a exigência de requerimentos para a concessão de auxílio-doença; gratificação adicional por tempo de serviço, ajuda de custo e férias, a servidores da Administração direta e autarquias. (Decreto n.º 84.414, de 23.1.80)

44. Dispensada a exigência de requerimento para cancelamento de cotas de salário-família e de revalidação de despachos concessórios de licenças especiais. (Decreto n.º 84.414, de 23.1.80)

45. Suprimida a exigência de certidões de tempo de serviço para fins de aposentadoria nos órgãos da Administração Federal direta e autarquias federais. (Decreto n.º 84.440, de 29.1.80)

46. Dispensados da legalização consular, para terem efeito no Brasil, os documentos expedidos por autoridades de outros países, desde que encaminhados por via diplomática, por Governo estrangeiro ao Governo brasileiro; considera-

das válidas as cópias dos atos notariais de registro civil, escriturados nos livros do serviço consular brasileiro, quando autenticadas por autoridade consular brasileira; e dispensada a legalização das assinaturas originais dos cônsules do Brasil em documentos de quaisquer tipos, as quais passam a ter validade em todo o território nacional. (Decreto n.º 84.451, de 31.1.80)

47. Simplificados e descentralizados os procedimentos relativos ao destino de material inservível, de recuperação onerosa, ou rendimento precário. (Instrução Normativa n.º 116, de 25.2.80, do DASP)

48. Suprimida a necessidade de mudança do prontuário do motorista que transferir seu domicílio, bastando a comunicação do fato, que poderá ser feita através de correspondência registrada. (Decreto n.º 84.514, de 27.2.80)

49. Simplificada a expedição de passaportes e aumentado, de quatro para seis anos, o prazo de validade do passaporte comum (Decreto n.º 84.541, de 11.3.80)

50. Eliminada a exigência do visto de saída para brasileiros que se destinam ao exterior. (Decreto n.º 84.541, de 11.3.80)

51. Reformulada a apresentação do *Diário Oficial da União*. O D.O. passou a circular no mesmo dia de sua publicação. (Decreto n.º 84.555, de 12.3.80)

52. Determinado tratamento urgente e prioritário às solicitações de informações do Ministro Extraordinário endereçadas diretamente a qualquer órgão integrante da Administração Civil direta e indireta e das fundações instituídas pelo Poder Público Federal. (Decreto n.º 84.585, de 24.3.80)

53. Dispensado o trânsito intermediário pelos órgãos superiores para o atendimento às solicita-

ções do Ministro Extraordinário, resultantes de reclamações recebidas dos usuários do serviço público federal, dirigidas diretamente ao órgão reclamado. (Decreto n.º 84.585, de 24.3.80)

54. Dispensada a necessidade de consulta prévia às respectivas chefias para a correção de procedimentos em desacordo com as medidas do Programa Nacional de Desburocratização: sempre que se tratar de inobservância de leis ou decretos auto-executáveis, como é o caso daqueles que eliminam a exigência de formalidades e apresentação de documentos por parte do público, o órgão reclamado, além de tornar sem efeito a exigência indevidamente feita, ajustará desde logo seu procedimento ao disposto nas referidas normas, sob pena de responsabilidade. Efetuada a regularização ou retificação, o órgão reclamado dará ciência da ocorrência à autoridade a que estiver subordinado. (Decreto n.º 84.585, de 24.3.80)

55. Instituída multa a ser aplicada pelo BNH nos casos de infrações às disposições da Lei 6.478, de 10.12.79, que reduziu a exigência de documentação aos pretendentes à aquisição de unidades habitacionais pelo Sistema Financeiro de Habitação. (Resolução n.º 61/80, de 24.3.80, do BNH)

56. Dispensados da obrigação semestral de apresentar atestados de vida ou nova procuração lavrada em tabelião os aposentados e pensionistas do Ministério da Fazenda, que recebem por procurador. A declaração de vida do aposentado passou a ser feita pelo próprio procurador e as procurações não mais precisam ser renovadas nem celebradas por instrumento público. (Portaria n.º 189, de 26.3.80, do Ministro da Fazenda)

57. Concedida isenção do Imposto de Renda à pessoa jurídica

ou empresa individual cuja receita bruta anual seja igual ou inferior ao valor nominal de 3 mil ORTN. Abrange 60% das empresas brasileiras declarantes do IR (lucro real). Perda de receita: inferior a 1% da arrecadação federal. (Decreto-Lei n.º 1.789, de 14.4.80)

58. Desobrigada da escrituração contábil e fiscal relativa ao Imposto de Renda, bem como da correção monetária do ativo permanente e do patrimônio líquido, a empresa ou pessoa jurídica isenta do imposto sobre a renda. (Decreto-Lei n.º 1.780, de 14.4.80)

59. Reduzidas a zero, a partir de 1.º de maio de 1980, as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre os produtos classificados nos códigos da tabela aprovada pelo Decreto n.º 84.338, de 26.12.79 (produtos típicos de empresas de pequeno porte). (Decreto n.º 84.634, de 14.4.80)

60. Aprovado modelo simplificado do quadro de horário de trabalho, previsto no artigo n.º 74 da CLT. (Portaria n.º 3.088, de 28.4.80, do Ministro do Trabalho)

61. Simplificada substancialmente a prova de capacidade jurídica e de regularidade fiscal de pessoas físicas e jurídicas, para fins de participação em licitações promovidas por órgãos e entidades da Administração Federal, direta e indireta, mediante instituição do CRJE (Certificado de Regularidade da Situação Jurídico-Fiscal), que será válido durante um ano, não poderá ser recusado por nenhum órgão da Administração Federal, ainda que apresentado por cópia autenticada. (Decreto n.º 85.701, de 13.5.80)

62. Permitida a entrega através do Correio, em porte registrado, dos documentos legalmente exigidos pelas repartições do Ministério do Trabalho. (Portaria n.º

3.120, de 19.5.80, do Ministro do Trabalho)

63. Simplificado radicalmente o preenchimento da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes. (Entendimentos com a Embratur)

64. Ampliados os prazos de validade dos exames de sanidade física e mental exigidos pelo Código Nacional do Trânsito para a habilitação e renovação das carteiras de motorista. Salvo exceções, o referido exame será válido até os 40 anos de idade. A partir daí será renovado de 10 em 10 anos, até os 60 anos de idade, e de 5 em 5 anos após essa idade. (Resolução n.º 563/80, do CONTRAN)

66. Simplificada a concessão de licença para o pescador amador, eliminando-se a respectiva carteira e adotando-se guia única para o recolhimento das taxas exigidas. (Ordem de Serviço n.º 01/80, da SUDEPE)

67. Extinta a obrigatoriedade da apresentação da declaração de rendimentos e o requerimento do Ato Declaratório da Receita Federal de reconhecimento da isenção, para as entidades de fins não-lucrativos, isentas do Imposto de Renda (instituições de educação; assistência social; sindicatos; sociedades; associações e fundações de caráter beneficente, instrutivo, artístico, literário, recreativo, etc.). Essas entidades preencherão anualmente um formulário simplificado de declaração de isenção. (Instrução Normativa n.º 071, de 18.6.80, do Secretário da Receita Federal)

68. Autorizado o Poder Executivo a determinar o não-ajuizamento, pela União, suas autarquias e empresas públicas, de ações de valor igual ou inferior ao de 20 ORTNs, excetuados os mandados de segurança e as ações de desapropriação. (Decreto-Lei n.º 1.793, de 23.6.80)

69. Suspensa, experimentalmente, a exigência de apresentação de documento assinado pelo médico nos processos de habilitação ao recebimento do auxílio natalidade, após o parto, no INAMPS. Basta a apresentação da certidão de nascimento. (Circular n.º 248, de 19.6.80, do Secretário de Benefícios do INAMPS).

70. Encaminhado pelo Sr. Presidente da República à consideração do Congresso Nacional projeto de lei que extingue o duplo grau de jurisdição (recurso *ex-officio*) nas sentenças proferidas contra a União nas causas de valor igual ou inferior a 100 ORTNs, além de outras medidas descongestionantes da Justiça Federal.

71. Encaminhado pelo Sr. Presidente da República à consideração do Congresso Nacional projeto de lei que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública e dá outras providências. O projeto é altamente simplificador e permitirá maior rapidez e eficiência ao processamento judicial.

Divulgação e participação

O Programa tem merecido o mais amplo e espontâneo apoio do público e dos meios de comunicação em geral. O Ministro recebe mais de 1 mil cartas por mês, respondendo a todas. Com o objetivo de induzir a participação e consciên-

tização da opinião pública, inúmeras conferências, entrevistas e debates têm sido realizados pelo Ministro Extraordinário e seus Assesores, em todo Território Nacional.

Com o mesmo objetivo, várias medidas foram adotadas, tais como: a) afixação de 500 mil cartazes informativos em locais de atendimento ao público; b) distribuição de 1 milhão de folhetos aos servidores federais; c) exibição de audiovisuais sobre o Programa; d) engajamento de 6 mil universitários do Projeto Rondon para difusão do Programa em 500 municípios do interior do País; e convênio com o Projeto Rondon para verificação da qualidade do atendimento ao público em repartições federais, envolvendo 300 universitários; e) edição de 23 mil separatas, elaboradas pelo Departamento de Imprensa Nacional, contendo os principais atos expedidos no âmbito do Programa.

Outras medidas com o mesmo objetivo encontram-se em fase final de estudos para adoção no segundo semestre deste ano.

Estados e Municípios

Embora o Programa Nacional de Desburocratização esteja circunscrito ao âmbito da Administração Federal, o Ministro Extraordinário procurou e obteve a adesão da maior parte dos estados e municípios mais populosos, onde foram instituídos Programas Estaduais e

Municipais de Desburocratização, inspirados no Programa Federal. Já lançaram seus programas os Estados do Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal.

Já instituíram o Programa os Municípios de Recife, João Pessoa, Salvador, Goiânia, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Londrina, Florianópolis e Porto Alegre.

Os estados e municípios acima referidos abrangem mais de 80% da população brasileira. Até o fim do ano, espera-se a adesão dos demais estados e municípios das capitais.

Delegação de competência

O Programa buscou intensificar o processo de delegação de competência nos vários órgãos da Administração com o sentido de descobrir as autoridades superiores da prática de atos rotineiros, e propiciar a descentralização das decisões para a periferia, acelerando a solução dos assuntos de interesse do público.

O processo iniciou-se com uma série de delegações de competência do Presidente da República aos Ministros de Estado. Até agora foram expedidas cerca de 3 mil delegações nos diversos níveis da Administração Federal.

A Desburocratização em Marcha

Completado um ano de início da campanha de desburocratização, período em que 300 milhões de documentos deixaram de ser emitidos pelo Governo, novas medidas saneadoras vêm sendo tomadas pelo Ministro Beltrão:

- O Presidente Figueiredo enviou ao Congresso projeto de lei que altera o art. 982 do Código de Processo Civil, estabelecendo que a herança em que a partilha, feita por escritura pública, seja amigável, não dependerá de homologa-

ção judicial. A realização de inventário judicial somente será exigida quando existir herdeiro incapaz, nos casos de sucessão através de testamento, ou quando houver divergências entre herdeiros. Fora disso, será suficiente a partilha

amigável dos bens, feita por escritura pública em cartório.

- Outro projeto de lei autoriza a Legião Brasileira de Assistência (LBA) a expedir atestado de pobreza. A medida visa facilitar a vida dos necessitados, nos poucos casos em que o documento ainda é exigido, visto que o serviço público já o aboliu. Desta forma, não mais será necessário recorrer a delegacias ou enfrentar filas para obtenção do documento. Bastará solicitá-lo em qualquer posto de atendimento da LBA.

- Um terceiro projeto em estudos diz respeito ao recebimento do FGTS, PIS, PASEP e outros valores devidos pelo empregador, em caso de falecimento do servidor. O projeto determina que o pagamento seja feito por quotas iguais aos dependentes habilitados junto à Previdência Social, sem necessidade de inventário. As quotas devidas a menores serão depositadas em cadernetas de poupança até o beneficiário atingir a idade de 18 anos. Antes disso, a quantia só poderá ser sacada para compra de imóvel com fins residenciais do menor, ou para sua educação, ou subsistência.

Não havendo dependentes ou sucessores, os valores devidos ao empregado falecido reverterão ou ao Fundo de Previdência e Assistência Social, ou ao FGTS, ou ao PIS/PASEP, conforme o caso.

A medida se estende ainda às restituições do Imposto de Renda e outros tributos, bem como aos saldos bancários, cadernetas de poupança e fundos de investimento no valor máximo de 500 UPCs.

- A área da habitação sofreu as primeiras intervenções do Ministro Beltrão. Os 40 documentos exigidos para aquisição de casa própria foram reduzidos a apenas um: carteira profissional ou contrato de trabalho, nos casos de financiamento no valor de até 1.500 UPCs.

Qualquer outra exigência será caso para multa.

- Também no caso dos militares anistiados e ainda não reintegrados em suas funções por problemas e entraves burocráticos, o Ministro Beltrão declara-se pronto a colaborar na solução do impasse, caso seja solicitado. Dos 7.488 militares beneficiados pela anistia, apenas 14 voltaram às Forças Armadas.

- O público gaúcho parece estar aderindo com entusiasmo ao Programa de Desburocratização, pois o telefone da Associação Comercial de Porto Alegre, instalado especialmente para receber denúncias de excessos de burocracia na capital, vem superando as expectativas: inúmeras reclamações do interior do Estado (Farroupilha, São Leopoldo, Novo Hamburgo) e até do Estado vizinho, Santa Catarina, vêm sendo recebidas.

O "telefone da desburocratização", como vem sendo chamado, recebeu em 16 horas de funcionamento 36 denúncias — cerca de uma ligação a cada meia hora.

Dos chamados feitos, 22 pediam soluções para entraves burocráticos na área federal, 12 na estadual, um na municipal e um na área privada.

O público em geral foi o responsável por 20 das 36 chamadas feitas, cabendo as 16 restantes a empresas.

- A 3 de setembro último foram anunciadas pelo Ministro Hélio Beltrão e pelo Secretário da Receita Federal, Francisco Dornelles, medidas adotadas para simplificação do sistema de encomendas postais vindas do exterior, por intermédio dos Correios — *colis postaux*.

A modificação foi possível graças às mudanças efetuadas no antigo sistema de tributação brasileiro, composto de 80 mil itens. Com a criação, pela Receita Federal, de três ou quatro grupos, o cálculo poderá ser feito no próprio

balcão, pelo encarregado da entrega dos volumes. Desta forma, a liberação de uma encomenda, que antes poderia levar semanas, será feita em poucos minutos.

Está também em estudos, segundo o Dr. Dornelles, um sistema para isenção de impostos para objetos no valor de até 20 dólares. O *colis postaux* só pode ser utilizado para despacho de encomendas cujo valor não exceda a 100 dólares.

- O *Wall Street Journal* publicou artigo elogiando a campanha promovida pelos brasileiros contra a burocracia.

Segundo aquele jornal, os Estados Unidos estão precisando urgentemente de um Hélio Beltrão para acabar com o que muitos americanos denominam de *excesso de governo*.

O periódico manifesta esperanças de que a desburocratização brasileira venha a facilitar as operações dos investidores estrangeiros em nosso país.

Numa série de blagues, o artigo refere-se às barreiras enfrentadas pelo brasileiro: provas de que está vivo, comprovação de desemprego e de estado civil para recém-nascidos. Compara, ainda, a situação dos nossos cidadãos que têm que apresentar papéis provando que não são culpados, à do homem americano que é considerado inocente até que seja comprovada sua culpabilidade. A profissão de despachante, que inexistia nos EUA, merece atenção especial do repórter, que a ela se refere nos termos seguintes: "O despachante é alguém que tem que ir à escola para aprender sua profissão, para aprender a liberar seu cliente, mediante pagamento, das imposições burocráticas."

Após um elogio e uma palavra de incentivo à luta encetada pelo Ministro Beltrão contra o papelório, o jornal dos investidores norteamericanos faz uma última queixa:

firmas que operam no Brasil têm problemas com suas máquinas xerox, pois precisam fazer 35 mil cópias anuais de documentação exigida pelo Governo. O gasto em xerox elimina as vantagens das isenções de impostos obtidas pelas companhias estrangeiras.

• Em palestra realizada na Escola Superior de Guerra, em 30 de agosto, o Ministro Hélio Beltrão disse que seu programa de trabalho está intimamente ligado aos dois maiores compromissos do Governo brasileiro para com o povo: o processo de abertura política e o combate à inflação.

A liberação do homem da opressão burocrática significa, na opinião do Ministro, uma medida política que lhe devolverá o respeito a sua dignidade como cidadão.

Já a redução das interferências governamentais sobre a atividade empresarial resultará na redução dos altos custos geradores de inflação e inibidores do desenvolvimento.

Disse ainda o Ministro Beltrão: "O que estamos tentando fazer, através de nossa pregação, é induzir o brasileiro e a administração pública a redescobrir o Brasil e aterrissar em nossa realidade. Para

isso, será necessário renunciar à excessiva sofisticação e restabelecer o apreço pelas soluções simples, baratas e sensatas, ajustadas às nossas particularidades regionais, e, sobretudo, ao baixo padrão de vida da maioria do nosso povo. Só assim conseguiremos reduzir a alta taxa de desperdício embutida em nossas aparatosas estruturas e complicados procedimentos burocráticos, na suntuosidade de nossos edifícios públicos e na realização de investimentos não-essenciais. O desperdício e o custo excessivo da máquina burocrática constituem duas poderosas fontes de inflação em nosso país."

VÁRIAS

As Festas de Natal*

As comemorações festivas do ciclo natalino vêm da distante Idade Média, quando a Igreja se valeu das artes para transmitir ensinamentos e avivar a fé comunitária. A liturgia foi cercada de cantos e rituais ao alcance da compreensão popular. Nas telas, vitrais, *iluminuras* e no gótico das catedrais reproduziam-se figuras e cenas bíblicas.

A data do nascimento de Cristo — sem documento que a pudesse precisar — foi sabiamente marcada pelo Papa Júlio I, reinante de 337 a 352, fazendo-a coincidir com um período de comemorações pagãs, arianas ou pré-druídicas. O dia 25 de dezembro, ligado ao solstício do inverno, possuía um significado próprio, marcava o retorno do sol de sua longa viagem ao sul do Equador. Determinava, na Europa Ocidental, o culto solar e, no Oriente Próximo, as homenagens a Osíris e a Mitra, que se estendiam até 6 de janeiro. A adoração a Mitra (divindade persa que se aliou

ao sol para obter calor e luz em benefício das plantas) foi introduzida em Roma no último século antes de Cristo, tornando-se uma das religiões mais populares do Império, concorrendo, depois, com o cristianismo.

A decisão de Júlio I não foi recebida pacificamente, apontando as críticas sua benevolência para com os pagãos, ao que respondeu Santo Agostinho: "Nós solenizamos este dia, não como os infiéis, por causa do sol, mas por causa d'Aquele que fez o sol."

As expressões festivas prosseguiram, mas pouco a pouco o sentido cristão as modelou, reinterpretando-as na forma e na intenção.

No mundo da magia, ao som de gritos, cantigas, rítmica primária, aparece a forma rudimentar do culto, com ritos mediadores entre as forças mágicas invisíveis e os homens. Segundo Wundt, toda a religião deu origem a um drama e todo culto apresentou, espontaneamente, um cunho teatral.

Grande parte do rito é de intenção propiciatória, gestos imitativos



* Extraído de *Petrobrás*, n. 278, out./dez., p. 24-7.

ou simbólicos, de súplica ou de compulsão. Ao serem criadas as divindades, o culto se desenrola como expressão de intensa dramaticidade, aprimorando-se, mais tarde, em cenas mudas, em mimos, atitudes de ação de sentimento. O motivo central, encontrado nas mais diversas culturas, é o binômio morte-vida, representado pela morte aparente no inverno e a ressurreição na primavera. A seguir, pequenas formas dialogadas e entretenimentos de feição artística marcam os primórdios do teatro que, na Grécia, resultando de orgias e bacanais, ascende a uma das mais sublimes manifestações do gênio humano. O drama litúrgico ou religioso medieval iria nascer da fé cristã. A Igreja leva o teatro aos pés do altar e desde o século X o encadeia à liturgia, sem, contudo, formar um corpo integrante, reproduzindo cerimônias da Semana Santa, promovendo procissões penitenciais e laudatórias. Os tropos, as cenas, os quadros são ricos de simbolismo. Depois de séculos dentro dos templos, numa transmissão viva do espírito cristão, o teatro se separa, vai aos adros, ganha praças e largos, ruas e vielas, carros ambulantes e se embebe também de temas profanos que, no século XII, recebem o nome de *jogos* ou *milagres*.

O século XV registra o aparecimento de nova forma dramática, o *mistério*, que não tem propriamente o sentido de mistério mas o de ministério, que significa função. E era seu objetivo realçar o esclarecimento de certas solenidades. Nos grandes centros, associações se ligam a esse tipo de teatro e os mais antigos mistérios conhecidos são relativamente curtos e de grande simplicidade de estilo; mais tarde, serão imensos, como o de Gréban (1489), cujos 27 mil versos originais passam a 67 mil através de manipulações do texto. Na Renascença florescem os Autos Sacramentais, com a música estreitamente

te ligada ao texto literário. Esses Autos mostravam certa semelhança com os mistérios e resultavam de uma aliança entre o ofício religioso e os fatos comemorados. Os cenários eram ambulantes e altos dignitários da Igreja promoviam espetáculos que, no mês de dezembro, se efetivavam ante os presépios e se denominavam Autos Natinos ou Autos da Natividade.

O presépio foi armado pela primeira vez por São Francisco de Assis, em 1223, reproduzindo o local e as figuras que assistiram ao nascimento de Cristo, conforme o relato do Evangelho. Este início, singelo mas de profundo significado, foi o ponto de partida de uma nova forma de comemoração, antes restrita às epifanias, no interior das catacumbas de Roma.

As Ordens religiosas se incumbiram de difundir o presépio, a aristocracia compareceu com montagens fabulosas e o povo tomou a si a piedosa obrigação. A Alemanha, o Tirol e a Itália se tornaram grandes competidores em criatividade e riqueza de adorno, rainhas e damas, artistas e operários, ceramistas e joalheiros porfiavam na confecção miniaturista de vestidos, jóias de ouro e pedras preciosas, carruagens, povoados, animais, flores, engenhos mirabolantes que surpreendiam pelo inesperado e pelo perfeccionismo.

Em 1391, já se armava presépio em Lisboa, porém, só no século XVI é iniciada a dramatização com canto e dança. Jaime Cortesão atribui a Gil Vicente e a mais dois ou três populares ou semicultos a inspiração barroca, essencialmente teatral, que imprimiu o movimento épico e dramático das Mouriscadas e do romance da Nau Catarineta aos velhos autos portugueses do Natal.

No Brasil, o registro mais antigo, com referência ao presépio, parece ser o de Fernão Cardim, em 1583: "Tivemos pelo Natal um devoto presépio na povoação, aonde algu-

mas vezes nos ajuntávamos com a boa e devota música e o irmão Barnabé nos alegrava com seu berimbau."

As festas populares natalinas são comuns em todo o nosso território com maior incidência e brilho no Nordeste. Os jesuítas trouxeram os Autos da Natividade (que se constituíram num dos apoios às obras catequéticas) e vários folguedos aqui revividos pelos colonizadores e índios, no primeiro século de vida brasileira. É ainda Cardim que, em visita à capitania do Espírito Santo, no Natal de 1584, registra "uma confraria de Reis, de índios cristãos, com seus alardos à portuguesa, e a seu modo, com muitas danças e folias".

Folia era "uma dança típica de Portugal, ao som de pandeiro ou adufe, entre várias pessoas cantando". Passou, depois, a denominar um grupo de homens com símbolos devocionais, participando de festas religiosas: Folia do Divino, Folia de Reis etc.

A *Folia de Reis* tem uma estrutura muito variável, desde as mais simples, com apenas os tocadores e o bandeireiro, às mais numerosas, com excelente conjunto instrumental (sanfona, violas, cavaquinhos, violões, chocalhos, pandeiros, triângulos, bumbos, caixas e taróis) e os palhaços, que despertam enorme curiosidade. Vestidos com largas roupas de chitão colorido, com acrobacias, danças, declamações e brincadeiras atraem assistência numerosa, que no final os ajuda com pequenos donativos.

A presença dos palhaços na Folia tem várias interpretações: representam os soldados que, a mando de Herodes, imitavam palhaços e seguiam os Reis Magos, com o objetivo de descobrir onde se encontrava o novo Senhor do mundo; os soldados encarregados da matança dos inocentes, assim disfarçados para conquistar as boas graças das crianças; palhaços verdadeiros, que cuidavam de distrair os perseguido-

res de Jesus; demônios empenhados no extermínio infantil; Reis Magos disfarçados para se esquivarem de Herodes etc.

A Folia de Reis costuma sair dias antes do Natal a fim de levantar fundos para a comemoração de 6 de janeiro. Visita presépios, canta em largos e praças e, na zona rural, percorre distâncias imensas de uma a outra fazenda. Sua cantoria inicial é de saudação aos que a recebem, seguindo-se a louvação ao Menino Jesus, agradecimento e despedida.

Vários folguedos natalinos têm denominações ligadas aos pastores, pois foram eles os primeiros a homenagear Jesus. Encontravam-se no campo em vigília e, impressionados com o estranho brilho de uma estrela, tomados de emoção pela notícia do nascimento do Messias, que por um anjo lhes foi comunicada, vão pressurosos render homenagens, levar ofertas, cantando e bailando.

As *Pastorinhas* encenam o presépio vivo, juntando, às figuras citadas no Evangelho, muitas outras nitidamente populares (florista, primavera, cigana, matuta, saloia, caçador, estrela, lua, baiana etc.), visto interessar ao povo mais a demonstração de louvores a Jesus do que a verdade histórica.

Os *Bailes Pastoris* têm raízes nos Autos de Gil Vicente, cuja obra foi inspirada na de Juan de Encina, padre espanhol nascido em 1468. Gil Vicente, em junho de 1502, saudou o nascimento de D. João III com o Monólogo do Vaqueiro. "E por ser coisa nova em Portugal, gostou tanto a Rainha-velha desta apresentação, que pediu ao autor que este mesmo lho representasse às matinas de Natal, endereçada ao nascimento do Redentor; e porque a substância era mui desviada, em lugar disso fez o Auto Pastoral."

Os enredos se diversificavam, centralizando ora flores, animais, astros, ora autoridades, países, ce-

nas bíblicas etc., persistindo sempre as quadras laudatórias.

O Pastoral talvez seja o folguedo natalino mais divulgado, atraindo a atenção do povo em geral, que reparte suas preferências entre as jovens que o compõem, divididas em dois cordões, o azul e o encarnado. Entre ambos a imparcial Diana, de faixa azul-encarnado.

A indumentária é a da pastora, suas danças e cantigas, ainda que portuguesas de origem, intercalam outras formas de aceitação popular.

O *Reisado* deriva das festas de Reis ou Reisadas de Portugal, tomando em Alagoas feição própria, com danças cantadas, declamação, graças do Mateus e figuras diversas como o Zabelê, Urso, Jaraguá, Lobisomem, Pai-do-Mato, etc., terminando com o entremeio do Boi.

O *Guerreiro*, misto de Reisado e Caboclinhos, se sobrepõe aos demais pela riqueza da indumentária, notadamente na arte dos inigualáveis chapéus que imitam igrejas, pagodes, mesquitas etc., brilhando em suas lantejoulas, vidrilhos, paetês e espelinhos. O grupo tem vários figurantes (rei, rainha, índio e seus vassallos, Mateus, palhaços, estrelas, etc.) que desenvolvem as suas "partes", sendo a do Boi a fundamental.

Dois autos com temas marítimos são comuns no Nordeste pelo Natal: o *Fandango* e a *Chegança*. A parte musical do primeiro oferece, através dos marujos e pessoal de bordo, uma série de cantigas náuticas, variantes e adaptações de velhos romances portugueses, entre os quais a *Nau Catarineta*. A *Chegança* tem estrutura bem definida, enredo coordenado, é um auto em que se canta e se dança do princípio ao fim. As personagens são as de um grande barco do tempo das descobertas, com atividades costumeiras mescladas a peripécias, comércio, orações, lutas, etc. Algumas cheganças encerram a apresentação com a Embaixada dos

Mouros, culminando com a vitória da Cruz.

Alagoas tem o privilégio de exibir sua garbosa *Cavalhada* nesse período. Folguedo medieval, marcado pela competição de nobres cavaleiros, desde o século XVI integrou os programas sociais. Os componentes se dividem, como no Pastoral, em dois cordões, o azul e o encarnado, propiciando entusiástica e vibrante participação da assistência. Os cavaleiros, quase sempre abastados, recebem os nomes dos 12 Pares de França, vestem-se com sóbria elegância e suas montarias, cuidadosamente escolhidas, ostentam finos arreios, com argolas, estribos e freios de prata.

Em várias carreiras e corridas a disputa é fidalga e requintada, ressaltando-se pela singularidade, o ritual antes do cavaleiro disparar para colher o anel de ferro na ponta de sua lança. Pelas vitórias e destrezas, são distribuídos prêmios e troféus. Evoluções eqüestres e escaramuças encerram o espetáculo.

O Bumba-meu-boi, que sob os nomes de Boi-Bumbá, Boi-de-Reis, Boi Calemba, Boizinho, Boi-de Marmão e outros participa das festas juninas e natalinas, ora se assemelha a uma revista, com quadros sucessivos de personagens, ora é uma trama deliciosamente armada ao sabor popular. A figura central é sempre o Boi, coberto de chitão ou de veludo bordado, pobre ou rico, ressuscitado pelo doutor, pajé ou pai-de-santo. Ver o Boi dançar em terreiro livre, investindo e recuando, valente e temeroso, é repetir a tradicional presença dos antepassados, é fixar e viver um dos mais belos momentos do folclore brasileiro.

Outro folguedo laudatório é a *Congada*, que nasceu com elementos das Irmandades do Rosário e se distribuiu por todos os Estados. Essas Irmandades, que já existiam no Rio de Janeiro antes de 1639, exigiam em seus primeiros estatu-

tos a condição de negro de Angola aos que desejassem ser Irmãos. Foi uma forma devocional organizada em base tribal. Mais tarde, outros negros foram admitidos e até mesmo pardos e brancos. O culto se fazia em honra da Senhora do Rosário e de São Benedito, louvando-se depois o Menino Jesus no Natal. O maior número de grupos de Congada, também chamada Congos e Congado, se encontra em Minas Gerais e em sua maioria são formados por negros. Diferentes na estrutura, no enredo, no instrumental (ora em banda, ora todo o conjunto), as Congadas desfilam cantando e dançando, por vezes incluindo uma *Embaixada*, parte teatral, com temas de guerra, lutas, defesa de Cristo e feliz encerramento com alegria geral.

Vários outros folguedos e danças percorrem as ruas e visitam presépios, juntando às comemorações oficiais da Igreja a pureza e a simplicidade de suas homenagens e louvações.

Lendas e crendices

A gente do povo nem sempre conserva os ensinamentos religiosos como os recebeu, mistura-os com o que ouve aqui e ali, recobrando-os com uma camada folclórica que representa a sua interpretação, o seu modo de sentir o fato. Assim, lendas e crendices, superstições e estórias envolvem não só os folguedos e as danças, como o presépio, a culinária e as comemorações.

No Vale do Paraíba (SP), as lendas sobre o gambá (também chamado raposa) influem diretamente na feitura da cerâmica do Natal e lá está o bichinho ao lado das figuras tradicionais. Conta-se que depois no nascimento de Jesus, toda gente, pastores e animais foram ofertar alguma coisa. Daí, no meio daquele deserto onde estava a gru-

ta, surgiu o gambá, que era muito pobre e nada tinha para dar.

Devagarinho, devagarinho, chegou perto de Nossa Senhora e se ofereceu para amamentar Jesus. Nossa Senhora estava sem leite, aceitou o oferecimento e disse: "Parirás sem dor e estarás sempre perto de teus filhos." Por isso o gambá é um bicho abençoado que ninguém pode matar e carrega seus filhos em uma bolsa, no seu próprio corpo.

Essa versão, por muito corrente em várias regiões, foi registrada na Crônica da Companhia de Jesus pelo Padre Simão de Vasconcelos.

O povo também sabe explicar por que é branco o final do rabinho do gambá: "é que quando o Menino Jesus chorava e nem Nossa Senhora nem a raposa tinham leite, para sossegá-lo a raposa colocava o rabo na boquinha dele. De tanto ser chupado ficou branquinho".

Outra estória, generalizada no Brasil e circulando em muitos países latino-americanos, relaciona diversos animais.

Quando era meia-noite do dia 24 de dezembro, Jesus nasceu, e o galo achou que deveria anunciar ao mundo todo e gritou bem no alto da manjedoura: "Jesus Cristo nasceu!"

Um boi ouviu lá longe e perguntou: "Aonde?"

Então o pato, com medo de que acontecesse algum mal ao Menino, aconselhou: "Não conte, não conte."

Mas o carneirinho, que era inocente e nada sabia de maldade humana, respondeu: "Em Belém, em Belém!"

O peru, que estava por perto, todo cheio de si, foi fazendo suas rodas e dizendo: "Mate logo, mate logo."

O cabrito, enjoado daquilo tudo, disse um palavrão.

Tanto o peru como o cabrito foram amaldiçoados e morrem na véspera do Natal.

O estranho sortilégio do número 7 entra em um sem número de crendices e superstições. O costume de armar presépio deverá ser seguido durante 7 anos, diz o povo, quem o interromper será castigado.

Do mesmo modo, as Folias de Reis: quem delas participa ou quem a patrocina não poderá desligar-se antes desse prazo; quem visita presépio, escolherá 7, um para cada dia; a figura do pastor será rodeada por 7 carneirinhos e 7 crianças receberão presentes a 25 de dezembro.

O galo-músico é o anunciador de boas novas e garante felicidade perene. Se nascer a 24 de dezembro, terá poderes sobrenaturais e quem assim o quiser, marcará a data do início do choco e jamais será preta a galinha que agasalhar os ovos.

Estas tradições, há mais de quatro séculos sedimentam as expressões culturais do povo brasileiro, que continua cantando e bailando, erguendo suas loas e armando seus presépios, celebrando no lar e nas praças públicas a data maior da cristandade.

HOMENAGEM A MARIA LUIZA DANNEMANN

Comemorou-se no dia 9 de setembro os 80 anos de Maria Luiza Stallard Dannemann.

A AAB associa-se às homenagens que foram prestadas à exemplar arquivista e mestra de quantos hoje continuam o seu trabalho, lutando pela conservação dos arquivos brasileiros e pelos seus profissionais.

A data foi marcada pela celebração de uma Missa de Ação de Graças na Igreja São José da Lagoa, no Rio de Janeiro, à qual compareceram seus amigos e admiradores.

Cursos da AAB

Prosseguindo com a programação de cursos estabelecida para 1980, a AAB realizou, no Arquivo Nacional, de 25 de agosto a 15 de setembro, um *Curso de Editoração* que contou com 46 participantes.

Ministrado pela escritora Maria Alice Barroso e pelo Prof. Emerson Rossi, o curso contou ainda com a participação especial dos Profs. Leodegário de Azevedo Filho, do Ministério da Educação e Cultura, Ferdinando Bastos de Souza, do Sindicato Nacional de Editores de Livros, João Jorge Novaes de Paula, da Livros Técnicos e Científicos Editora, Alfida Silva de Andrade, da Biblioteca Nacional, Mario Camarinha da Silva, do PRODELIVRO e Propício Machado Alves, da Livros Técnicos e Científicos Editora.

Num total de 30 horas, o curso incluiu, além das aulas teóricas, com utilização de recursos audiovisuais, debates e estudos de casos sobre: — O autor; direitos autorais; fluxo do livro na editora e na gráfica. Orçamento da obra; preparo de originais. Programação visual: o segredo e a arte da boa aparência de um livro. Os vários tipos de composição; revisão. Arte-final e reprodução. Impressão: as máquinas e os sistemas. Acabamento; depósito de estoque. O nó-górdio do livro: distribuição; os vários tipos de comercialização; novas perspectivas de *marketing* para o livro. A política do livro no Brasil (PRODELIVRO-MEC) e uma visão geral do problema *livro* (SNEL).

Automação de Arquivos

A Espanha vem realizando, com bons resultados, uma série de experiências na área de processamento de dados aplicado aos arquivos.

Para tanto, foi necessário, em primeiro lugar, proporcionar aos arquivistas formação específica no campo da Informática.

Além de ser incluída a disciplina Informática no Curso de Organização e Administração de Arquivos, que anualmente é ministrado para alunos de origem ibero-americana naquele país, foi organizado um Curso de Informática para Arquivistas, cujos programas publicamos a seguir. (Extraído do *Boletín de Archivos*, v. 1, n. 2, p. 185-92. Madrid, ago. 1978.)

Curso de Informática para Arquivistas

Introdução geral ao computador. O computador nos sistemas de tratamento da informação: conceito de informação; antecedentes históricos do processamento da informação; dados e programas. Elementos constitutivos do computador; unidade central de processamento — memória central, unidade aritmético-lógica e unidade de controle; unidades de entrada de dados; unidades de saída de dados; fluxo de controle; fluxo de dados. Linguagens de programação: linguagem de máquina; linguagens de alto nível; programas compiladores; programa objeto; tipos de linguagem segundo sua área de aplicação. Tipos de acesso: conceito de registro; conceito de campo; conceito de arquivo; acesso seqüencial; acesso seqüencial indexado; acesso aleatório ou direto. Tipos de processamento e terminais: papel dos terminais como equipamentos de entrada/saída; processamento por lotes e processamento por tempo compartilhado; sistemas conversacionais; sistemas de consulta; terminais inteligentes.

Etapas na mecanização de um processo. Fase pré-informática ou levantamento de dados e anteprojeto. *Objetivos:* definição clara e exaustiva do que se quer obter; etapas de execução do projeto; esboço da forma dos resultados; previsão para futuras expansões. *Informação necessária:* levantamento de processos similares existentes; enumeração clara e exaustiva dos dados iniciais, necessários à obtenção dos resul-

tados propostos (definição das entradas); disponibilidade desses dados (onde e como obtê-los); pesquisa das fontes de informação adequadas; reavaliação dos objetivos propostos; estudo para verificar se os dados estão completos; seleção de uma amostragem significativa de dados; seleção de pessoas idôneas para a recuperação manual das informações. *Formas de automação da informação:* possibilidade ou impossibilidade de dar tratamento ou representar determinada informação; variedades de formas segundo as quais se pode apresentar uma informação; estudo do volume da informação a ser tratada. *Normalização e codificação da informação:* o computador como máquina não-inteligente; normalização da terminologia; esboço das tabelas de equivalência; problemas de sinonímias; sistemas de codificação alfabética; sistemas de codificação numérica; sistemas de codificação mnemônica; a linguagem natural como codificação do conhecimento. *Formato das folhas para entrada de dados:* o formato face às necessidades de processamento; o formato face à pessoa que o executa; o formato em relação à entrada de dados; campos fixos e variáveis; campos repetitivos. *Normas de execução:* definição clara dos possíveis conteúdos de cada campo do registro; campos obrigatórios e opcionais; campos que se auto-excluem; normas de alfabetização. *Meios de entrada da informação:* cartão perfurado; fita de papel perfurada; fita magnética; caracteres magnetizáveis; caracteres óticos; entrada por terminal. *Validação da informação:* detecção de erros formais — campos numéricos, alfabéticos e alfanuméricos; detecção de erros por categoria de validade; detecção de erros por meio de consulta a tabelas pré-estabelecidas; detecção de erros por inconsistência entre os campos de um registro; possível detecção de erros de conteúdo. *Coleta de dados:* treinamento de pessoal para coleta de dados; escolha das fontes de informação por seu detalhamento e confiabilidade; divisão de tarefas pela equipe de coleta de dados; controle de volume e qualidade dos dados coletados.

Fase informática ou projeto do sistema. *Análise*: análise global do projeto; formação das redes de tratamento; análise detalhada de cada um dos pontos da rede; elaboração dos manuais de entrada de dados. *Programação*: escolha da linguagem de programação mais adequada a cada um dos programas; codificação dos programas; depuração dos programas; testes dos programas; encadeamento e testes dos programas; eliminação de redundâncias. *Definição dos registros*: campos fixos e variáveis; indicadores de campo e subcampo; definição de um diretório para os registros; blocagem dos registros. *Criação de arquivos de entrada*: definição dos tipos de arquivo; validação dos dados gravados; arquivos multivolume; identificação dos arquivos e datas de caducidade (extinção). *Programas de crítica*: crítica de campo a campo; crítica de registros completos. *Correção de erros e incorporação das correções (atualização)*: eventual correção automática de erros; obtenção de listagens de erros; correção manual de erros; codificação das correções; gravação de correções; incorporação das correções aos registros incompletos ou errados. *Fases de processamento da informação*: fases de processamento obrigatório; fases de processamento alternativo; fases de processamento opcional.

Fase Pós-informática ou implantação do sistema. *Comprovação dos resultados*: técnicas de amostragem para comprovação dos resultados; testes com resultados conhecidos *a priori*; comparação com resultados obtidos por meios não automáticos. *Avaliação de resultados*: nível de ausências nos resultados; redundâncias nos resultados; comprovação do cumprimento de todos os objetivos dessa fase do projeto. *Disseminação da informação resultante do tratamento*: definição dos usuários a receber os resultados obtidos; escolha dos meios de saída e armazenamento dos resultados obtidos (papel, microfilme, microficha etc.); escolha das técnicas reprográficas a serem empregadas na disseminação da informação.

Curso de Organização e Administração de Arquivos — *Disciplina: Informática*

O computador nos sistemas de tratamento da informação: conceito de informação; histórico do tratamento automático da informação; a informação no computador; suportes da infor-

mação. Elementos constitutivos do computador: unidade central de processamento (memória central, unidade aritmético-lógica e unidade de controle); unidades de entrada; unidades de saída; memórias auxiliares. Estrutura da informação (formato): conceito de registro; conceito de campo; conceito de arquivo: Tipos de acesso: acesso seqüencial; acesso seqüencial indexado; acesso aleatório; funcionamento dos arquivos; bancos de dados. Linguagens de programação: linguagens de máquina; linguagens de alto nível; programas compiladores; tipos de linguagens segundo as áreas de aplicação. Teleprocessamento: terminais de entrada e saída; processamento por lotes; multiprogramação; tempo compartilhado; sistemas conversacionais; terminais inteligentes. Etapas na mecanização de um processo: definição do problema; fixação de objetivos; análise; programação; coleta de dados; execução; validação de resultados; disseminação dos resultados.

Descrição de algumas experiências realizadas no Centro de Processamento de Dados do Ministério da Educação e Ciência da Espanha: na área de Arquivos, na área Bibliográfica e na área de Documentação. Visitas complementares ao Centro de Processamento de Dados do Ministério.

Outros Cursos

● A Coordenadoria de Cursos de Arquivologia do Arquivo Nacional, em colaboração com a Confederação Nacional da Indústria e Escola Técnica Federal de Campos programou um curso sobre *Documentação e Arquivo* para um grupo de 43 participantes.

As aulas foram ministradas pela Coordenadora dos Cursos e Presidente da AAB, Prof.^a Regina Alves Vieira, no período de 7 a 11 de julho, num total de 25 horas.

O curso teve por finalidade o aperfeiçoamento do pessoal que trabalha em funções arquivísticas, enfocando as técnicas usadas nas fases de arquivamento corrente, intermediário e permanente.

● O Arquivo Nacional, em convênio com a Secretaria de Assuntos Culturais do MEC e a Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (MUNDES) realizaram, no período de 11 a 15 de agosto, nas dependências da Universidade Federal de

Sergipe, um Curso de Técnicas de Arquivo, que contou com a presença de 49 participantes.

O curso foi ministrado pela Prof.^a Regina Alves Vieira, obedecendo a uma programação de 30 horas-aula.

As técnicas arquivísticas adotadas nas três idades dos arquivos foram o enfoque dado pela Prof.^a Regina, com o objetivo de informar e reciclar os estagiários do Projeto MUNDÉS, os funcionários da Universidade Federal de Sergipe e da Secretaria Estadual de Educação.

● Atendendo à solicitação da Confederação Nacional da Indústria de Governador Valadares, Minas Gerais, o Arquivo Nacional realizou, naquela cidade, o curso de *Documentação e Arquivo*, destinado ao aperfeiçoamento de pessoal que atua no campo da Arquivologia.

Vinte e nove participantes, recrutados pelo Núcleo de Assistência à Média e Pequena Indústria, assistiram às aulas ministradas pela Prof.^a Regina Alves Vieira, de 18 a 22 de agosto, num total de 25 horas, na sede da Faculdade de Administração de Empresas de Governador Valadares.

● De 4 de agosto a 10 de setembro, a Fundação Escola do Serviço Público do R. J. (FESP) promoveu, em Niterói, o *Curso de Arquivo e Protocolo*, que obedeceu à seguinte programação: O arquivo como instrumento de trabalho para processos de informação, comunicação e decisão; organização administrativa; sistemas de registros; organização e administração de arquivo: recursos humanos e materiais do arquivo empresarial; organização e métodos de arquivamento; tipos de arquivamento; métodos alfabéticos e regras de alfabetização; método geográfico, métodos numéricos e métodos de pesquisa num arquivo.

● O Curso de Preparação Técnica de Documentos para Microfilmagem foi outra promoção da FESP, realizada no Rio de Janeiro, no período de 11 a 21 de agosto.

O programa abordou os seguintes itens: a importância do documento como instrumento de informação; tipos de documentos; tipos de caracteres no documento — sua importância para a microfilmagem — tipos de papéis e sua constituição; preparação dos documentos em função dos sistemas de microfilmagem; procedimentos para a eliminação de documentos; caracterização do

documento histórico e formas específicas de tratamento; recuperação da informação em documentos microfilmados; utilização de sinaléticas, flash, referência cruzada, blip, miracode, micro-disc e linhas de código.

Arquivistas no Serviço Público

Alagoas, primeiro Estado brasileiro a restabelecer a carreira de Arquivista no Serviço Público (Lei nº 4.116 de 17 de dezembro de 1979) terá, dentro em breve, um Núcleo da Associação dos Arquivistas Brasileiros. Um grupo de profissionais de arquivo, liderados pelo Sr. Geraldo da Silva Filho, solicitou autorização para instalar, em Maceió, um Núcleo da AAB, no que foi atendido. Esse mesmo grupo prestou significativa homenagem ao Governador Dr. Guilherme Palmeira e ao Vice-Governador Dr. Theobaldo Barbosa em reconhecimento ao apoio deles recebido pela classe em suas recentes reivindicações.

A homenagem constou de um jantar oferecido, no dia 31 de julho, pelos 14 funcionários públicos já enquadrados e beneficiados pela decisão governamental, além dos profissionais que integram o quadro social do futuro Núcleo Regional. Na ocasião, o Sr. Geraldo da Silva Filho, em nome da Prof.^a Regina Alves Vieira, Presidente da Associação, saudou os homenageados aos quais foram entregues placas de prata alusivas ao fato.

O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e suas Realizações

● De 10 a 30 de setembro, esteve aberta à visitação pública a exposição de documentos históricos *Construindo a Nação: O Rio de Janeiro no Processo de Independência*.

A mostra realizou-se na Galeria Augusto Malta do AGCRJ.

● De 9 a 30 de setembro, realizou-se um ciclo de palestras, abordando algumas das principais questões relativas ao processo da autonomia política brasileira e à constituição do Estado Nacional do Brasil na primeira metade do século XIX, sob a coordenação do Prof. Luiz Sergio Dias.

As palestras obedeceram à seguinte programação:

— *A Crise do Antigo Sistema Colonial e a Questão da Autonomia Política*, pelo Prof. Afonso Carlos Marques dos Santos; *A Questão da Participação Popular no Processo de Emancipação Política do Brasil*, Prof. Joel Rufino dos Santos; *Unidade: Centralização e Descentralização na Formação do Estado Imperial*, pela Prof.^a Margarida de Souza Neves e *O Estado Nacional e a Questão da Ideologia*, pelo Prof. Manuel Maurício de Albuquerque.

O Acervo Documental do Itamaraty

Em 13 de agosto, Raul do Rego Lima pronunciou interessante palestra, integrando a programação da cerimônia comemorativa dos 50 anos do edifício que abriga o Arquivo Histórico, a Mapoteca e a Biblioteca da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

O evento, realizado no Salão de Conferências do Palácio do Itamaraty contou com a presença do Ministro Saraiva Guerreiro.

O projeto de construção do prédio passou por diversas administrações e, somente em 1905, na gestão de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, é que foi oficialmente destinado para guarda da documentação diplomática brasileira.

A inauguração, entretanto, só se deu 25 anos mais tarde, no governo do Presidente Washington Luiz.

Os três andares do edifício, que se encontra ao fundo dos jardins do Itamaraty, guardam riquíssimo acervo, aberto ao público para pesquisa de segunda a sexta-feira, em horário comercial.

Na Biblioteca encontra-se um total de 87.112 títulos, entre livros, folhetos e periódicos. Tal acervo é considerado o terceiro mais rico do Brasil, perdendo somente para o da Biblioteca Nacional e para o da Biblioteca Municipal de São Paulo.

O Arquivo e a Mapoteca estão localizados no terceiro andar. No primeiro, estão reunidos cerca de 500 milhões de documentos, em grande parte relacionados com a história da diplomacia do país.

O acervo tem sua origem na documentação trazida pela família real, quando para cá se transferiu em 1808. Seus fundos arquivísticos são constituídos, entre outros, pelas coleções do Visconde do Rio Branco, do Barão do Rio Branco, do Barão da Ponte Ribeiro, do

Barão de Penedo e do Visconde de Cabo Frio. Maior do que o Arquivo Nacional, o Arquivo Histórico do Itamaraty, a exemplo da Biblioteca, está também aberto ao público.

A Mapoteca tem reunidos mais de 30 mil mapas e uma coleção iconográfica de 20 mil peças, formada de retratos, gravuras, desenhos e fotografias. Destacam-se, ainda, os mapas manuscritos ou gravados em madeira e buril, bem como peça datada de 1500, de autoria de Juan de La Cosa, o primeiro a representar, graficamente, um trecho da América e as descobertas de Cristóvão Colombo.

Deve-se ao Embaixador Wladimir Murtinho, principal responsável pela transferência, em 1969, da sede do Ministério das Relações Exteriores para Brasília, o fato de um acervo documental ter permanecido no Rio de Janeiro. Na capital do país, o Embaixador Murtinho teve que lutar por essa permanência no Rio tanto mais que as discussões favoráveis à transferência recrudesceram com a conclusão do terceiro anexo do Ministério, em Brasília, onde brevemente será inaugurado o Centro de Documentação e Informática.

Utilizando os sofisticados recursos da tecnologia moderna, o acervo que permaneceu no Rio de Janeiro vem sendo sistematicamente microfilmado para, em microformas, ser transportado para Brasília. O procedimento visa, sobretudo, preservar e proteger a rara e riquíssima documentação das agruras de uma viagem.

Complementando todos esses cuidados especiais dedicados à preservação da memória diplomática brasileira, o Embaixador Murtinho promete para breve a reinauguração do Museu Histórico e Diplomático, no Rio de Janeiro. Em sua opinião, este Museu talvez só possa ser comparado à casa da Marquesa de Santos, muito embora lá não haja móveis e objetos; trata-se de um palácio vazio, o que certamente não ocorrerá com o Museu Histórico que, após concluída a restauração, realizada com o auxílio da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, terá um ambiente palaciano do século XIX, completo, com móveis, quadros e objetos de todos os tipos.

O Arquivo Público de Mato Grosso

Do Decreto nº 529, de 16 de julho de 1980, que aprova o Regimento Interno da Secretaria de Administração

do Estado de Mato Grosso, publicamos a parte referente ao Arquivo Público daquele Estado:

Seção VI

Do Arquivo Público de Mato Grosso

Art. 32 — Ao Arquivo Público de Mato Grosso cabe:

a) guardar, conservar, reproduzir, divulgar e acrescer o acervo de documentos sob sua custódia, e outros de recolhimento obrigatório na forma da lei, mantendo-os sistematicamente organizados;

b) promover e facilitar pesquisas históricas e divulgar as informações contidas nos documentos sob sua guarda;

c) desenvolver normas sobre a identificação, classificação e tratamento de documentos de natureza administrativa, econômica, social, cultural política e tecnológica que, originados do setor público, sejam relevantes para a preservação da memória do Estado;

d) prestar assistência técnica e articular-se com sistemas nacionais de Biblioteconomia, Arquivologia, Editoração e Referência Cultural;

e) manter intercâmbio com instituições congêneres nacionais e estrangeiras;

f) fornecer dados, elementos e certidões, a pessoas privadas e a órgãos públicos;

g) elaborar normas para transferência e reprodução de documentos, considerados de interesse histórico;

h) propor normas referentes a: I — confecção de formulários para o controle de documentos oficiais; II — transferência de documentos oficiais para o Arquivo Público; III — levantamento classificatório de documentos para arquivamento;

i) realizar outras atividades correlatas.

Subseção I

Da Divisão de Arquivo Intermediário

Art. 33 — A Divisão de Arquivo Intermediário cabe:

a) conferir e examinar a documentação recebida;

b) providenciar termos de recolhimento de documentos;

c) providenciar o tratamento imunológico da documentação;

d) promover a restauração ou o reparo de documentos;

e) registrar, classificar, catalogar, inventariar e conservar a documentação recebida;

f) solicitar a designação de comissões de avaliação, seleção e destinação de documentos;

g) fixar os prazos de retenção para os documentos de valor temporário;

h) acompanhar os arquivos correntes, sugerindo técnicas e métodos que melhor atendam à fase corrente e às futuras fases de pré-arquivamento e custódia;

i) realizar outras atividades correlatas.

Subseção II

Da Divisão de Guarda e Conservação de Documentos

Art. 34 — A Divisão de Guarda e Conservação de Documentos cabe:

a) recolher, registrar, inventariar, classificar, catalogar, guardar e conservar os documentos escritos de valor legal, administrativo e histórico, provenientes dos órgãos governamentais e de origem particular, e proporcionar acesso aos mesmos;

b) extrair certidões de documentos sob sua guarda e organizar os inventários gerais;

c) fornecer e supervisionar os documentos para consulta;

d) colaborar com a Divisão de Atividades Técnicas na organização do plano de reprodução dos documentos sob sua guarda, ameaçados de destruição;

e) reparar e restaurar os documentos que lhe forem remetidos para tal fim;

f) proteger e preservar os documentos, da ação de agentes físicos, químicos e biológicos;

g) elaborar e executar o plano de publicações históricas, bem como manter coleções de trabalhos, teses e publicações, elaborados por usuários, com base em documentos custodiados no Arquivo;

h) pesquisar e interpretar manuscritos e outros documentos, organizando o registro dos que possam interessar à História, assim como orientar e organizar exposições de documentos históricos, prestando integral colaboração às demais promoções do gênero;

i) providenciar a catalogação de documentos históricos, para posterior microfilmagem;

j) manter fichários, catálogos, inventários e locais apropriados para atender aos consultantes;

l) manter atualizada a hemeroteca dos exemplares da Imprensa Oficial do Estado;

m) manter serviços de recorte de assuntos relativos ao Estado e que interessem aos objetivos do Arquivo;

n) realizar outras atividades correlatas.

Subseção III

Da Divisão de Atividades Técnicas

Art. 35 — A Divisão de Atividades Técnicas cabe:

a) promover a reprodução de documentos através de microfilmagem, xerox, fotocópia, fotografia e outros meios;

b) executar, orientar, dirigir, controlar e providenciar os serviços relativos à reprodução de documentos;

c) manter instalações, serviços especializados e equipamentos adequados à execução de suas tarefas, promovendo as medidas indispensáveis a sua efetiva manutenção e normal funcionamento;

d) manter intercâmbio com entidades congêneres;

e) fornecer cópias aos usuários do Arquivo, sempre com autorização de seu responsável;

f) manter registro atualizado dos serviços prestados;

g) organizar, dirigir e executar matéria redacional, necessária à elaboração e edição regular de catálogos, dos inventários de documentos recolhidos ao Arquivo Público;

h) organizar, dirigir e executar outras publicações;

i) expedir, regularmente, catálogos e publicações a instituições congêneres no Brasil e no exterior;

j) realizar outras atividades correlatas.

Os Arquivos de Sergipe

Regressando de Sergipe, onde fora ministrado o Curso de Técnicas de Arquivo, Regina Alves Vieira trouxe notícias animadoras sobre os arquivos sergipanos, alguns dos quais merecem destaque especial.

● A ENERGIPE — Empresa Distribuidora de Energia em Sergipe S/A — iniciou a organização de seu Arquivo Geral, em janeiro de 1977, adotando para isso, a mesma sistemática utilizada pelo Arquivo Nacional.

Sob o comando de Maristher Moura Vasconcellos, um grupo dedicado de profissionais angariou, para o órgão, a dimensão de seu real valor para a vida da empresa.

Em dezembro de 1979, com a reestruturação administrativa da ENERGIPE, o Arquivo Geral, que vinha funcionando de fato, desde 1977, foi re-

conhecido de direito. No momento, além do trabalho desenvolvido no próprio arquivo, a equipe responsável por seu funcionamento vem dando orientação técnica a outros arquivos.

● A Universidade Federal de Sergipe — UFS — deve ao Prof. Silvério Leite Fontes, titular da cadeira de Introdução aos Estudos Históricos, o despertar da consciência da comunidade universitária para a importância dos documentos e de sua preservação.

Fundada em 1967, a UFS iniciou nesse mesmo ano, a organização dos arquivos setoriais pertencentes às suas diversas unidades de ensino. Subseqüentemente, passou-se a discutir a necessidade e viabilidade de centralização do acervo documental da Universidade, fato que veio a se concretizar no ano passado, sob a coordenação das prof.^{as} Maria das Graças Moura e Sonia Azevedo Soares, coadjuvadas por uma equipe de estagiários. Vencendo uma série de obstáculos e dificuldades, a mais importante foi, sem dúvida, a falta de espaço, não só para a guarda dos documentos como para a execução dos trabalhos.

Aguardando a conclusão do prédio, onde será definitivamente instalado, o ARCHUFS, como é chamado o Arquivo da Universidade, vem desenvolvendo o plano de organização de seu acervo dentro das mais modernas técnicas da Arquivologia. Seu objetivo é fornecer a professores, estudantes e pesquisadores matéria-prima para seus estudos sobre a história do ensino superior em Sergipe, bem como destacar o papel de relevância da UFS na formação da sociedade sergipana.

● A Companhia de Habitação Popular de Sergipe — COHAB-SE — criou dentro de sua estrutura organizacional a Unidade de Comunicação, Reprodução e Documentação, visando, sobretudo, à organização e implantação de um arquivo permanente para custódia de um volumoso acervo documental, até então, completamente desordenado.

Para coordenar as atividades de implantação do arquivo foi convidada a Prof.^a Nairza Vieira, funcionária do Arquivo Público do Estado de Sergipe. Iniciando os trabalhos, Nairza realizou reuniões com a diretoria da empresa visando a sua conscientização para a importância dos serviços a serem desenvolvidos, alcançando êxito em sua iniciativa.

Com o plano de classificação do acervo elaborado, e com seu Regimento In-

terno aprovado, o Arquivo Permanente da COHAB-SE encontra-se em pleno funcionamento.

● O Arquivo da Prefeitura Municipal de Aracaju, localizado no porão, local úmido e inteiramente inadequado, estava entregue a pessoal sem qualquer qualificação profissional.

Para realizar sua organização foi contratada Maria José Tenório da Silva, que obteve do Prefeito, Heráclito Rollemberg, autorização para procurar e alugar dependências mais adequadas ao funcionamento do arquivo. Em agosto de 1979, foi realizada a mudança para um prédio adaptado às novas finalidades a que se destinava, com boas condições de iluminação e ventilação. Os trabalhos se desenvolveram em cinco etapas: — transferência do acervo para as novas instalações; levantamento da documentação acumulada; nomeação de comissão para avaliação, seleção e descarte; elaboração de inventários; estudo da documentação e estabelecimento dos fundos arquivísticos por secretarias.

Treze funcionários, nenhum de nível superior, à exceção da Prof.^a Maria José, executam as tarefas arquivísticas, com o concurso de uma estagiária.

No momento, vem sendo realizada a classificação dos documentos, estando a parte referente a pessoal em estágio bastante avançado. O Regimento Interno do Arquivo já foi elaborado e o código de classificação do acervo foi estruturado com base no plano de classificação do Arquivo Nacional, feitas as adaptações e modificações necessárias.

O Arquivo da Light no Rio de Janeiro

Na Seção de Arquivo do Departamento de Serviços Gerais da Light, Rio de Janeiro, onde se encontram acumulados cerca de 7.200.000 documentos foram instalados um fichário eletrônico e um arquivo deslizante, que vieram dinamizar os serviços de atendimento aos pesquisadores e usuários de seu acervo.

Antes da instalação desse equipamento, a documentação ocupava 220 metros lineares nas estantes tradicionais. O novo fichário, com capacidade para 110 mil fichas, contendo cada uma registros de 15 documentos em média, veio a substituir seis fichários de oito gavetas.

As inovações, além de oferecerem maior segurança, vieram aumentar a efi-

ciências dos serviços, economizando tempo e espaço. A utilização de modernos equipamentos, segundo seu chefe, José Rodrigues Massaputs, melhorou o atendimento a uma clientela cada vez maior, reduzindo o tempo de pesquisa para apenas três segundos. Após sua implantação, o Arquivo do Departamento de Serviços Gerais, passou a fornecer, oficialmente, informações a Casa de Rui Barbosa e à Fundação Getúlio Vargas — CPDOC, tendo contribuído para a elaboração do suplemento do *Guia Preliminar de Fontes para a História do Brasil*, lançado por aquelas duas instituições no 2º Seminário de Fontes Primárias de História do Brasil, realizado como parte da programação do 4º Congresso Brasileiro de Arquivologia, promovido pela AAB, em outubro de 1979.

Turmas do convênio SENAI-Light, vêm realizando visitas às instalações do Arquivo para realização de pesquisas em técnicas de arquivo.

Do acervo constam documentos de caráter administrativo, relatórios, pareceres referentes a concessões, legislação sobre energia elétrica, usinas hidrelétricas, serviços de bondes, etc., que datam desde 1851. Cerca de 1.000 fotografias (originais e negativos) sobre construções de usinas e uma biblioteca especializada completam o centro de documentação.

A Biblioteca Nacional

Sob pena de a nação vir a perder uma parte valiosíssima de seu patrimônio cultural, o governo precisa urgentemente voltar seus olhos e sua atenção para a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O imponente prédio da Avenida Rio Branco abriga, atualmente, um acervo estimado em 3 milhões e 500 mil peças, entre livros, folhetos, manuscritos, atlas, estampas, partituras e outros tipos de documentos. Esse monumental patrimônio vem sendo dilapidado impiedosamente por leitores mal-orientados (não há seleção de usuários — a Biblioteca Nacional está aberta a todos), por insetos, poeira, infiltrações e outros males. Ao lado disso, soma-se o problema da falta de pessoal (existem 175 vagas abertas sem possibilidades de preenchimento), de verbas e de espaço.

É esse pois o estado em que se encontra relegado um dos mais ricos acervos culturais da América Latina.

Que a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e demais

autoridades competentes atentem para a catástrofe que está para acontecer bem diante de nossos olhos desatentos e tomem as providências necessárias para evitá-la.

Biblioteca Celso Kelly

A 29 de agosto foi reinaugurada pelo Governador Chagas Freitas a antiga Biblioteca Municipal, hoje denominada *Biblioteca Estadual Celso Kelly*. Considerada a mais importante da rede estadual, com um acervo de 36 mil volumes à disposição de leitores e pesquisadores, a instituição tem mais de 100 anos de história.

Fundada em 1873, foi franqueada ao público por ocasião das comemorações do aniversário de D. Pedro II, a 2 de dezembro daquele ano, localizando-se, então, na antiga rua Conde d'Eu, hoje Frei Caneca, esquina da Praça da República. Em 1882, passou às instalações do Palácio da Municipalidade, lá permanecendo por 40 anos. Nova transferência verificou-se em 1922, desta feita para o andar térreo da Escola Orsina da Fonseca, onde aguardou sua instalação definitiva no próprio Municipal localizado na antiga Rua General Câmara que, com a abertura da Av. Presidente Vargas, recebeu o número 1261, onde permanece até hoje.

As inúmeras reformas pelas quais passou resultaram nas atuais instalações que permaneceram inacessíveis ao público por dois anos.

Na área administrativa, as modificações introduzidas deram à sua estrutura uma nova dinâmica, dotando-a das condições indispensáveis a um centro cultural dedicado à expansão e à veiculação do conhecimento.

No presente momento presta serviços à comunidade por intermédio dos seguintes setores: — Referência e pesquisa bibliográfica; Leitura livre; Guanabara e Obras Raras; Empréstimo domiciliar; Infante-juvenil; Periódicos e Legislação Oficial; Braille.

Através do Decreto nº 3.146, de 28 de abril de 1980, passou a denominar-se Biblioteca Estadual Celso Kelly, tendo sua remodelação custado cerca de 2 milhões de cruzeiros.

A solenidade de reinauguração compareceram, além do Governador Chagas Freitas, que a presidiu, o Secretário de Educação, Arnaldo Niskier, o Diretor do Instituto Estadual do Livro, Ildélgio Azevedo, o Diretor da Divisão de Bibliotecas da Secretaria Estadual de Educação, Heitor Muniz, o Delegado

Regional do MEC, Marcos Almir Madeira, a Diretora da Biblioteca, Sofia Helena Villar e a Presidente da AAB, Regina Alves Vieira.

A Casa Histórica de Ouro Preto

Foi criada recentemente, em Ouro Preto, uma Casa Histórica, destinada a ser um centro auxiliar para a coordenação dos museus e casas históricas de Minas Gerais.

Espécie de central da memória mineira, a Casa Histórica de Ouro Preto, instalada na Casa do Pilar, reunirá em microfilme a totalidade dos acervos documentais espalhados pelo Estado, fornecendo aos usuários e pesquisadores o conjunto de informações sobre a história das Minas Gerais.

O Centro foi ativado com a inauguração de um auditório de 96 lugares, instalado no Museu da Inconfidência, equipado com sistema de som e cabine para projeção de audiovisuais de caráter didático-cultural destinado aos turistas. O projeto prevê, ainda, a instalação, também, na Casa do Pilar, dos arquivos de documentos coloniais pertencentes aos cartórios da região.

A Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pretende dar nova orientação a sua política, procurando envolver as comunidades nos programas de recuperação da memória cultural do país.

Ouro Preto, Patrimônio Mundial

Atendendo a pedido que lhe foi oficialmente encaminhado, em 15 de junho de 1979, pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), o Comitê Internacional do Patrimônio Cultural Mundial (órgão da UNESCO) decidiu conceder, por unanimidade de votos, o título de Monumento Histórico Mundial à cidade de Ouro Preto.

A decisão foi tomada na reunião anual do Comitê, realizada em Paris, a 2 de setembro, à qual esteve presente, representando o Brasil, o Prof. Aloysio Magalhães, titular da SPHAN.

O Presidente do Comitê, Frederico Mayor, analisou detidamente o dossiê sobre a história e a importância sócio-política-econômica e cultural daquela cidade e da região, acompanhada de 400 fotografias ilustrativas.

Aloysio Magalhães foi chamado a participar dos debates, prestando infor-

mações complementares sobre as medidas de proteção à cidade mineira, adotadas pelo governo, quanto aos problemas geológicos que afetaram a região, principalmente os causados pelas chuvas do ano passado, bem como sobre as conseqüências futuras que poderão decorrer da instalação da Açominas em sítio próximo a Ouro Preto.

Esses dois pontos tinham sido previamente levantados pelo Icomos (Comitê Internacional de Sítios Históricos), órgão de cuja decisão depende o veredito do Comitê do Patrimônio Mundial.

Esclarecidas as dúvidas, por votação unânime, Ouro Preto passou a ser a primeira cidade brasileira a constar da lista de monumentos do patrimônio cultural da humanidade.

Segundo Aloysio Magalhães, o fato traz aspectos positivos e, o principal deles, é o despertar de uma consciência nacional para a importância da preservação de nossos bens culturais.

Na opinião do Ministro Eduardo Portella, o que *falou mais alto*, no momento da decisão do Comitê do Patrimônio Mundial "foi a força superior da arte de Ouro Preto", embora as gestões diplomáticas junto à UNESCO, o trabalho dos governantes mineiros e os esforços da SPHAN tenham pesado.

Ouro Preto havia sido elevada à categoria de Cidade Monumento Nacional através de decreto assinado pelo Presidente Getúlio Vargas em 12 de julho de 1933. Agora, 47 anos depois, o fato de ter galgado a posição de Monumento Mundial traz, na opinião de Roberto Lacerda, Diretor da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Minas Gerais, "uma carga maior de responsabilidade, além do reconhecimento e pressão mundiais, para que o governo libere mais recursos e dê mais atenção à conservação da cidade".

Outros estudos a serem encaminhados ao Comitê já se encontram em andamento. São eles referentes a Olinda, Pelourinho, Alcântara e Parati.

Quando a notícia chegou a Ouro Preto a cidade realizava uma cerimônia de protesto — com os sinos da Matriz do Pilar repicando em dobres fúnebres — pelo roubo de 16 peças sacras, ocorrido há sete anos, exatamente no dia 2 de setembro, crime até hoje sem qualquer solução por parte das autoridades competentes.

Centro de História Viva dos Batistas Brasileiros

O Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil criou recentemente no Rio de



Patrimônio Histórico Paraibano

Janeiro, um Centro de História Viva dos Batistas Brasileiros — CEHVIB — instituição voltada para a pesquisa histórica, visando à recuperação da herança documental dos batistas brasileiros e produzindo estudos sobre a realidade religiosa brasileira contemporânea.

O Centro programou uma série de atividades para o ano de 1980, entre as quais se destacam a organização de um arquivo de História Oral, realizando entrevistas e recolhendo depoimentos de importantes personalidades da Igreja Batista Brasileira, bem como incentivando a gravação de cultos, concílios, assembléias convencionais e recitais pelas próprias instituições que os realizarem; reunião, sob a forma de empréstimo, doação ou compra, de todo o material documental de importância para a reconstituição da história dos Batistas, no país; instituição de um concurso de monografias sobre a religião Batista no Brasil; promoção de um curso de formação de pesquisadores; concessão de bolsas de estudos a pesquisadores interessados; publicação de um *Boletim* trimestral para divulgar as atividades do CEHVIB.

Campanha de Doações do Projeto Memória

Um valioso acervo, pertencente ao falecido ator Modesto de Souza, foi doado ao Projeto Memória do Serviço Nacional de Teatro, por meio de sua Campanha de Doação, por seu filho, Jackson de Souza, e por sua nora, a atriz Ana Vitória (Nair Teixeira de Souza). O acervo — que inclui entre preciosos textos, cartazes, fotos e programas, uma caixa de maquiagem trabalhada em madeira pelo próprio autor, em 1913 — possui um inestimável valor para a história do teatro brasileiro.

Além do acervo de Modesto de Souza, foram doados, também, diversos documentos pertencentes às coleções particulares de Jackson de Souza e Ana Vitória.

Com isso, o número de doadores da Campanha de Doação do Projeto Memória chega à casa dos 300.

O Projeto Memória agradece aos doadores e incentivadores dessa sua iniciativa e pede para que as colaborações sejam enviadas ao Serviço Nacional de Teatro, Campanha de Doação, Projeto Memória, Av. Rio Branco, 179, 6º andar, CEP 20040, RJ ou à Representação do SNT, Cidade de São Paulo, Rua Teodoro Baima, 94, Vila Buarque, (Teatro Experimental Eugênio Kusnet), CEP 01220 — SP.

O governador da Paraíba, Tarcísio Buriti, acaba de assinar decreto, tombando a cidade de Pilar, situada na zona da Várzea paraibana. Além da cidade foram ainda preservados para a posteridade mais 36 imóveis, entre prédios e parques, situados em João Pessoa.

O representante do Instituto Histórico e Artístico do Estado da Paraíba — IPHAEP — explicou os tombamentos como uma obediência às diretrizes traçadas pelo Programa de Ação das Cidades Históricas do Nordeste.

Entre os edifícios tombados destacam-se o Palácio do Governo, o Quartel da Polícia Militar e a antiga sede da Assembléia Legislativa.

A cidade de Pilar, situada a 60 quilômetros da capital do Estado, foi palco da infância do escritor José Lins do Rego, e seu tombamento representa, segundo o IPHAEP, o impedimento da perda “de mais uma história viva do ciclo canavieiro da Paraíba”. A medida do governo foi precedida pelo tombamento de duas outras cidades paraibanas: Areia e Maranguape.

Pilar é a mais antiga das cidades da Paraíba e, com seus 220 anos de existência, foi sede dos movimentos revolucionários de 1817 e 1824.

A Memória Cinematográfica Brasileira

A Embrafilme vai levar avante a idéia apresentada em um simpósio sobre a cinematografia do país, realizado em fevereiro, e durante o qual foi longamente debatida a precariedade de conservação das películas que constituem a história de nosso cinema. Trata-se de um programa denominado *Cinema e Memória*, por cujo intermédio uma verba de aproximadamente 15 milhões de cruzeiros será destinada ao apoio de pesquisas de base para a constituição da filmografia brasileira, à publicação de livros e monografias sobre a matéria e à melhoria das instalações dos arquivos das duas principais cinematecas brasileiras: a do Museu de Arte Moderna do Rio (MAM) e a Cinemateca Brasileira de São Paulo.

As providências tornam-se urgentes pois, a persistir o descaso atual pela preservação dos filmes nacionais, as gerações futuras não terão oportunidade de saber o que foi o cinema brasileiro.

O Diretor da Cinemateca do MAM é de opinião que o *Programa Cinema e Memória* incentivará a criação das condições técnicas ideais para a preservação e conservação dos filmes, e lamenta que no Brasil se tenham guardado apenas documentos escritos, sem que nunca se tenha tido a preocupação de guardar imagens.

A iniciativa da Embrafilme possibilitará o tratamento adequado, tanto dos filmes coloridos como dos filmes em preto e branco, que serão conservados nas temperaturas apropriadas: 12 graus para as películas em preto e branco e zero grau para as coloridas, sem o que não ultrapassam a idade de 20 anos.

A Cinemateca do MAM tem, no momento, um acervo de 6 mil filmes produzidos no Brasil, o que, para sermos exatos, representa bem o índice de desinteresse e os níveis de desperdício em relação ao passado de nosso cinema. Para que se tenha uma idéia aproximada desse desbaratamento basta que se diga que, em 1912, mais de 200 filmes foram produzidos, sendo que não há um único sobrevivente desse período tão fértil; o primeiro filme sonoro aqui produzido, em 1931-32, estava desaparecido e só muito recentemente foi conseguida uma cópia; o filme *Reminiscências*, rodado em 1908, só foi recuperado porque o neto do cineasta que o produziu, Aristides Junqueira, decidiu guardar uma cópia numa geladeira, onde permaneceu até ser enviada à cinemateca.

O Programa da Embrafilme visa ainda a exibição regular desses filmes em redes de cineclubes e nas televisões, numa tentativa de levar ao público uma amostragem do bom cinema produzido por brasileiros.

Registramos aqui o apelo do Diretor da Cinemateca do MAM, Cosme Alves Neto, no sentido de que todos aqueles que possuam filmes antigos os encaminhem ao arquivo de uma cinemateca, contribuindo, dessa forma, para o levantamento e a reconstituição da história do cinema brasileiro. É ainda ele quem diz: “É preciso guardar tudo; uma cinemateca não pode ter critérios estéticos ou morais; não pode ser seletiva”. Em sua opinião, critérios elitistas fizeram com que fosse relegado a plano secundário um tipo de cinema altamente representativo: a chanchada, que marcou uma época, tão depreciada e colocada de lado, que hoje é praticamente impossível rever qualquer uma delas.

A disposição legal que determina a destruição de um filme cinco anos após sua produção é o que Cosme Alves

Neto chama de "verdadeiro crime contra a cultura".

Centro de Cultura Alternativa

A Fundação Rio está implantando novo projeto. Trata-se do Centro de Cultura Alternativa/Espaço Alternativo, que pretende coletar, investigar e reunir toda a produção de cultura alternativa, sobretudo aquela que apareceu nos anos 70.

Como cultura alternativa deve ser entendida qualquer manifestação cultural, individualmente veiculada fora do sistema empresarial vigente, e que se acha dispersa por todo o país. O Centro tem por objetivo dar divulgação e preservar para a posteridade poesias impressas em mimeógrafos, distribuídas ou vendidas em exposições, buíques, noites de autógrafos e universidades. Farão, ainda, parte de seu acervo os jornais alternativos (que tanta polêmica vêm causando nos últimos tempos), os filmes independentes, os discos editados sem a participação de gravadoras, e os romances publicados por conta e risco de seus autores. Coletando, arquivando e colocando à disposição do público todo esse material, o Centro de Cultura Alternativa pretende criar um espaço para o debate, um ponto de encontro aberto a quantos artistas desejarem expor seus trabalhos e suas idéias, enfim, um local onde a vida cultural da cidade seja intensificada.

Se essa produção polêmica e contraditória contou até agora com um público limitado, por outro lado veio provar ser possível resistir ao bloqueio imposto pelas empresas comerciais ao surgimento de novos autores e, principalmente, à censura implantada no país nos anos 70.

O projeto está sob a coordenação da jornalista Maria Amélia Mello e conta ainda com a ativa participação de Maria do Rosário Nascimento e Silva, Luiz Carlos Godinho, Maria Carolina Granato da Silva e César Augusto de Almeida.

Na opinião do grupo "não se trata de burocratizar ou estratificar a produção alternativa, mas preservá-la para possíveis reflexões e estudos sobre os nossos dias".

O que se pretende difundir e analisar são as soluções encontradas pelos artistas novos para dar divulgação a seus trabalhos, sem depender dos meios de veiculação estabelecidos. O autofinanciamento, os lucros incertos e o controle do empreendimento gráfico e

visual, bem como a divulgação precária, criaram características próprias nessas manifestações culturais: o valeduto, o individualismo e a libertação de padrões ou escolas. O Centro ainda não teve o local de seu funcionamento definido. Por enquanto todo o material coletado, resultante dos apelos dirigidos a pessoas e instituições, vem sendo guardado na própria Fundação Rio. A coleta não é seletiva. Todo o material recebido será devidamente tratado e arquivado, ficando os critérios de seleção mais rígidos para a fase de elaboração dos textos sobre cultura alternativa a serem editados.

Museu Histórico Nacional

O Museu Histórico Nacional prepara-se para a comemoração de seus 60 anos, em 1982, com uma série de obras de restauração de suas dependências. Dirigido, há quase 10 anos, pelo Prof. Gerardo Brito Raposo Câmara, o Museu Histórico possui valiosíssimo acervo, composto de 132.000 peças, das quais apenas 5% estão em exposição, nessa fase de reconstituição arquitetônica. O Museu conta, ainda, com 80.000 documentos, 13.000 títulos distribuídos em três bibliotecas técnicas e uma infantu-juvenil, e 17.000 negativos fotográficos.

Quando for reaberto e novamente entregue à comunidade, será realizada uma exposição de 700 peças de marfim doadas pelo Presidente Vargas após arrematá-las em leilão da Caixa

Econômica, onde foram penhoradas por seu proprietário.

As obras que já vêm sendo realizadas há algum tempo, e que foram acusadas de descaracterizar a construção original, datada de 1762, têm por objetivo corrigir a arquitetura do prédio, desfigurada por reforma sofrida em 1922.

Ocupando uma área de aproximadamente 30 mil metros quadrados, próxima à Praça XV, o Museu Histórico Nacional foi erigido para servir como Casa do Trem, passando, posteriormente, a abrigar o Arsenal Real do Exército, que o ocupou até 1902.

Na Casa do Trem foram depositados os despojos de Tiradentes, e no Arsenal foram fundidas inúmeras esculturas e chafarizes de Mestre Valentim que, ainda hoje, adornam recantos do Rio de Janeiro.

Museu da História da Eletricidade

O Museu da História da Eletricidade no Brasil foi criado no dia 12 de setembro, quando o Presidente da Light, Luiz Oswaldo Norris Aranha, assinou com a FUNARJ um convênio para sua instalação em Ribeirão das Lajes. É ainda intenção da Light desenvolver no Complexo de Lajes um projeto de alcance social, cultural e científico e, para tanto, fará construir no local, além do museu, uma área de lazer e uma estação ecológica.





Foto de Malta

O Rio de Janeiro em Fotografia

Cerca de 30 mil fotografias em pequenos tabletes de vidro fazem parte do acervo do Museu da Imagem e do Som, ao qual foram incorporadas à época do governo Carlos Lacerda.

O fotógrafo responsável por esse importante trabalho foi Augusto César Malta de Campos. Após tentar vários ofícios, Malta (como ficou conhecido) passou a fotógrafo oficial da Prefeitura, lotado na Diretoria de Engenharia, cargo que veio a exercer a partir de 1903, graças a uma apresentação de seu amigo Antonio Alves da Silva Junior ao Prefeito Pereira Passos. Sua função consistia, basicamente, em fotografar a execução e a inauguração de obras públicas no Rio; devia, ainda, documentar fotograficamente os logradouros públicos que teriam seu traçado alterado, edifícios históricos condenados à demolição, festas organizadas pela municipalidade e flagrantes de certos acontecimentos tais como desabamentos, enchentes, ressacas, etc.

Assim, toda a história de uma cidade e de uma época foi perpetuada para a posteridade.

As transformações da cidade foram fixadas na fotografia de Malta, que visitava ruas e quarteirões inteiros condenados pelo "progresso".

O próprio fotógrafo foi inúmeras vezes responsável por essas demolições, quando escrevia no verso das fotos

"Está pedindo picareta", no que era apoiado pelo Prefeito "Malta, você tem razão, amanhã teremos picareta".

O fotógrafo foi ainda o precursor da reportagem ilustrada, quando passou a ceder a jornais e revistas da época as fotos de acontecimentos importantes da cidade. Malta aposentou-se, em 1936, como funcionário da Prefeitura tendo exercido a profissão até os 90 anos.

Museu do Itamaraty

Vinte salas da antiga sede do Ministério das Relações Exteriores, no Rio, estão sendo cuidadosamente restauradas pelo arqueólogo, historiador de arte e mestre em restauração de arquitetura pelo Centro de Roma, Luiz Antonio Ewbank, visando ampliar as dependências destinadas ao Museu do Itamaraty, a ser entregue ao público em junho de 1981.

Inicialmente fora prevista a restauração de apenas três salas. O projeto foi ampliado posteriormente graças ao financiamento concedido pela SPHAN, que veio reforçar as verbas concedidas pelo próprio Ministério.

Um paciente trabalho de recuperação dos tecidos das paredes e dos estofados vem sendo realizado, aproveitando-se a fazenda das imensas cortinas, por medida de economia.

Examinando à casa-forte do Itamaraty, onde eram guardados arquivos si-

gilosos transferidos para Brasília, Ewbank encontrou dezenas de telas portuguesas do séc. XIX, dois quadros de Corot, um desenho italiano, datado do séc. XVI, e atribuído a Baccio Bambinelli, peças do mobiliário do antigo Paço Imperial, relógios de bronze e imagens barrocas, todas já entregues aos restauradores.

O público terá acesso a todas as dependências do Museu, ficando, porém, isolado das peças expostas por cordões de isolamento. Está nos planos do Prof. Ewbank transformar o museu numa instituição dinâmica, que oferecerá aos visitantes, além das peças em exposição, salas de audiovisual e documentação fotográfica.

O prédio que hoje abriga o Palácio do Itamaraty, conhecido no Segundo Império como Palacete do Menino Dourado, começou a ser construído em 1851, de acordo com o projeto do mestre-de-obras português, José Luiz. As obras, entretanto, foram concluídas por dois arquitetos franceses.

O apelido popular de Palacete do Menino Dourado deve-se ao fato de a família do Conde de Itamaraty, proprietário do imóvel, ter feito promessa pela recuperação da saúde de seu filho de doar à Igreja o equivalente do seu peso em ouro.



B. do Rio Branco

Somente com a transferência, em 1970, do Ministério das Relações Exteriores para Brasília é que o edifício passou a ser encarado como uma preciosidade nacional, merecendo, dessa forma, maiores atenções por parte das autoridades governamentais.

Museu Nacional de Belas-Artes

O Tribunal de Contas da União (TCU) está cobrando oficialmente do Museu de Belas-Artes do Rio de Janeiro a restituição de 72 obras de arte pertencentes ao acervo daquela instituição e que se encontram emprestadas a outros museus, galerias de arte e palácios governamentais.

O Diretor Edson Motta vem a público para explicar o fato, bem como o desaparecimento de outras 39 obras arroladas pelo TCU, desde 1976.

Edson Motta afirma que esta lista continha, inicialmente, 50 obras dadas como desaparecidas. Foi o furto de um quadro de Taunay que deu origem à formação de uma comissão de museólogos para apurar os fatos. Dessa iniciativa resultou que 20 das 50 peças consideradas perdidas foram localizadas no depósito do próprio Museu.

A catalogação irregular das peças é o grande problema dos museus nacionais, segundo o professor. Quadros com nomes trocados, registros incompletos, obras não-fichadas deram origem à versão de roubo e desaparecimento. As buscas continuam e um inventário minucioso vem sendo preparado. Encontrar as obras que faltam é uma questão de tempo.

Quanto ao empréstimo das 72 peças de arte a outras instituições, Motta dá uma explicação bastante simples, entre pinturas, desenhos, esculturas e outras obras, o acervo do Museu de Belas-Artes é constituído de mais de 10 mil exemplares; suas galerias comportam, em exposição, duas mil delas. As demais ficam no depósito e, somente essas, foram emprestadas, tratando-se de uma atividade normal entre museus. "Entre um quadro estar num palácio governamental, num outro museu ou no nosso porão, é melhor estar nos dois primeiros lugares" — disse Edson Motta. "Quadros emprestados não estão perdidos", acrescentou.

Museu de Arte Moderna do Rio

No dia 15 de setembro, o Dr. Ivo Pitanguy recebeu, na qualidade de

Presidente do MAM, a doação de 10 telas de autoria de alguns dos melhores pintores brasileiros contemporâneos, que passam a incorporar o acervo daquela instituição, tão duramente atingida por um incêndio há algum tempo atrás.

A doação é da Companhia de Cigarros Souza Cruz, e a seleção das telas foi feita através do evento *Destaques Hilton de Pintura*, por um júri constituído por *experts* em arte, que indicou os 10 pintores de maior destaque na década de 70, no país.

As obras escolhidas são da autoria de Tomic Ohtake, Siron Franco, Pietrina Checcacci, Maria Leontina, João Câmara Filho, Israel Pedrosa, Glauco Pinto de Moraes, Cláudio Tozzi, Carlos Eduardo Zimmermann e Carlos Bracher.

Cinquentenário do Museu de Rui Barbosa

O Museu da Fundação Casa de Rui Barbosa completou, no dia 13 de agosto, 50 anos de atividades. Nenhuma festividade especial marcou a data, que foi comemorada mais tarde, em 5 de novembro, dia do aniversário de Rui Barbosa.

A Casa de Rui Barbosa abriga, além do museu, que tem no mobiliário e decoração todo o clima de uma época da história brasileira, duas bibliotecas,

com um acervo superior a 100 mil volumes, e que se encontram à disposição de estudiosos e pesquisadores.

Desde a morte de Rui Barbosa, em 1923, a casa em que habitou com sua família vem recebendo a visita de milhares de pessoas, as quais, além de percorrerem suas dependências, conservadas como se ainda hoje abrigasse os antigos donos, podem ainda gozar das delícias de seu parque cheio de árvores, lagos e bem cuidado jardim.

Em 1966, a Casa de Rui Barbosa foi transformada em fundação e vem, desde então, promovendo uma série de atividades culturais, tais como cursos, exposições e recitais de música de câmara, cantada e instrumental.

A ampliação de atividades tornou necessária a construção de um anexo, onde estão localizados, além da biblioteca, os serviços de administração, de pesquisa e de documentação.

As visitas ao museu, na maior parte das vezes, são complementadas com a projeção de audiovisuais.

Para festejar o cinquentenário da Fundação foi lançado pelos Correios, no dia 5 de novembro, um carimbo postal comemorativo, no qual figura o símbolo da Fundação — mão empunhando uma pena — seguida do lema de Rui Barbosa "abundantius illis omnibus laboravi" (Trabalhei mais que todos os outros). Complementando a programação das festividades foi feita a entrega dos prêmios concedidos aos melhores trabalhos sobre o tema *A Casa*



Casa de Rui Barbosa

de Rui Barbosa, sua arquitetura e sua história, e o lançamento do livro intitulado *Rui, sua casa e seus livros*, uma coletânea de discursos, crônicas e reportagens focalizando a figura do patrono da entidade.

Museu Carmem Miranda

No dia 5 de agosto comemorou-se os 25 anos da morte da *Pequena Notável*, apelido dado a Carmem Miranda que, na década de 40, foi a brasileira mais famosa na América do Norte. Brejeira, cheia de pulseiras e balangandãs, Carmem, embora duramente acusada em nosso país de se ter deixado americanizar, foi, sem dúvida, a grande responsável pela divulgação de nossa música popular no exterior. Lançou moda, projetou-se no cinema e está, ainda hoje, presente na memória dos que viveram em sua época e na curiosidade dos jovens que não chegaram a conhecê-la.

Mesmo assim, aqueles que o desejarem, poderão ainda estudar a vida e a trajetória artística dessa contraditória figura humana, visitando o museu que leva o seu nome e que serve de repositório de sua história.

Instalado num pavilhão no aterro do Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro, em frente à Escola de Enfermagem Ana Nery, o Museu Carmem Miranda (criado pela Lei nº 866 do antigo Distrito Federal e inaugurado a 5 de agosto de 1976) abriga um acervo do qual fazem parte 27 fantasias, 44 vestidos, 20 pares de tamancos com solas tipo *plataforma* (que voltaram à moda nos anos 70), 21 turbantes, 15 condecorações, nove troféus, fotos, caricaturas, partituras musicais, roteiros de filmes e *shows* estrelados por Carmem Miranda, jóias, bijuterias e grande parte de sua correspondência particular.

Todo esse material esteve, por 21 anos, fechado dentro de arcas de madeira, e só passou a ser exibido ao público quando o Museu de Artes e Tradições Populares, que funcionava no Parque do Flamengo, foi transferido para o Palácio do Ingá, em Niterói, cedendo o local para o Museu de Carmem, o qual ocupa até hoje e que, na planta original, estava destinado aos banheiros públicos das crianças. O prédio sofreu restaurações, orientadas por Almir Parentes da Cunha, sendo-lhe restituídas suas características originais. Hoje está tombado pelo Patrimônio Histórico. Aos visitantes são exibidos audiovisuais sobre a vida e a obra da cantora, que ficou conhecida nos Esta-

dos Unidos como *The Brazilian Bombshell*, tendo participado de 14 filmes naquele país.

Congressos, Seminários

● A Associação dos Graduados em Arquivologia do Rio de Janeiro — AGARJ — realizou, em julho, o 1º Encontro de Profissionais Graduados em Arquivologia, no auditório do Ministério da Fazenda.

Tendo como Presidente de Honra o ex-Diretor do Arquivo Nacional, Alcides Bezerra, em homenagem *pós-mortem*, o encontro teve sua sessão inaugural aberta com a palestra pronunciada pelo Prof. Afonso Marques dos Santos, Diretor da Divisão de Apoio Cultural do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Fizeram parte da mesa, na sessão de abertura, José Pedro Pinto Esposel, do Departamento de Arquivologia da UFF, o qual apresentou também a Associação dos Arquivistas Brasileiros, Waldemar Bernardes Filho, Presidente da AGARJ, Elyanna de Niemeyer Mesquita, Chefe da Divisão de Documentação do Ministério da Fazenda e Maria Thereza Aguiar de Barros, Diretora de Comunicação Social da AGARJ. Os resultados do Encontro estão sintetizados nas recomendações aprovadas em plenário:

1. Que a AGARJ, pelos meios a seu alcance e em cooperação com associações coirmãs, desenvolva e amplie o esforço em prol da criação dos Conselhos Federal e Regionais de Arquivologia.
2. Que o grupo-tarefa da AGARJ para Estudo e Disseminação de uma Terminologia Arquivística Uniforme oriente suas atividades assessorado por profissionais do campo da Filosofia e a partir de duas fontes básicas: os trabalhos já realizados e uma ampla pesquisa de campo, a fim de que seu resultado final represente o consenso da comunidade arquivística.
3. Que a AGARJ convoque todos os graduados para opinarem sobre a implantação de cursos de licenciatura em Arquivologia na forma pela qual está sendo planejada.
4. Que seja possibilitada e facilitada a todos os profissionais graduados a atualização profissional mediante repetidas voltas à universidade, para cursos de aperfeiçoamento e especialização.
5. Que as Associações de Arquivistas desenvolvam ampla campanha de esclarecimento da comunidade em geral e de sensibilização dos administradores de entidades públicas e particulares, quanto ao valor dos arquivos e de seus

profissionais para o progresso das instituições e a preservação da cultura nacional.

6. Que os currículos e programas de cursos de arquivo superior e médio, passem a ser elaborados a partir da verificação das reais necessidades do mercado de trabalho.

● Promovido pela Secretaria da Indústria e do Comércio da Bahia, com o apoio da Fundação Roberto Marinho, realizou-se, em Salvador, o 1º Encontro sobre Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural.

Segundo seu organizador, Paulo Ormindo de Azevedo, o encontro cumpriu seus objetivos, tornando evidente o grande interesse dos Estados e Prefeituras brasileiros em desenvolver uma catalogação sistemática de seus bens culturais e permitindo uma confrontação dos métodos utilizados no país.

As conclusões e recomendações do conclave serão encaminhadas oportunamente à Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e às demais autoridades competentes.

A diversidade de interesses e necessidades das várias regiões brasileiras levaram os técnicos participantes à conclusão de que a metodologia mais indicada para a fixação de normas mínimas de elaboração de inventários de sítios, monumentos, bens móveis e manifestações populares será a adoção de um sistema de referências que permita uma linguagem comum no intercâmbio entre essas mesmas regiões.

Recomendaram ainda o uso da informática e de outros métodos modernos para a catalogação dos bens culturais da nação.

● Com o objetivo de conscientizar os países latino-americanos para a necessidade de se preservar a sua produção documental, formando, para isso, profissionais competentes e reconhecendo legalmente as funções arquivísticas, realizou-se no Rio de Janeiro, de 5 a 8 de agosto, no Palácio Itamaraty, o *Colóquio sobre a Profissão dos Arquivistas Latino-Americanos*.

O evento foi patrocinado pelo Conselho Internacional de Arquivos, pela Associação Latino-Americana de Arquivos e pelo Arquivo Nacional do Brasil.

A sessão inaugural foi aberta pelo assessor de imprensa do Ministério da Justiça, Oyma Telles, representando o Ministro Ibrahim Abi-Ackel. O Ministério das Relações Exteriores e o DASP foram representados respectivamente pelo Embaixador Antonio Fortunato Neto e por Amaro Freire Filho.

As sessões de trabalho foram desenvolvidas com base no documento especialmente preparado para a ocasião por José Manoel Mata Castellón, Presidente do Colóquio, que contou com a presença dos seguintes participantes: Charles Kecskeméti, Secretário-Executivo do Conselho Internacional de Arquivos, (CIA); Guilherme Durand Flores, Presidente da Associação Latino-Americana de Arquivos (ALA); Susan Benson, da Organização dos Estados Americanos (OEA); Aurélio Tanodi, Diretor do Centro Interamericano de Desenvolvimento de Arquivos (Argentina).

O Brasil foi representado pela Diretora-Geral do Arquivo Nacional, Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco; Regina Alves Vieira, Presidente da AAB, e demais profissionais vinculados a diversas instituições culturais e educacionais, especialmente interessadas no tema cultural do Colóquio.

Quanto aos países latino-americanos, fizeram-se representar: Argentina, Chile, Colômbia, México e Peru.

Paralelamente às sessões de trabalho foram programados dois eventos: uma exposição de documentos sobre o Arquivo Municipal, promovida pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e um concerto do conjunto *Quadro Cervantes*, patrocinado pelo Arquivo Nacional do Brasil, FUNARTE, por intermédio do Instituto Nacional de Música, e Fundação Casa de Rui Barbosa.

A sessão de encerramento foi presidida por José Carlos Soares Freire, Diretor-Geral do DASP, que, valendo-se da oportunidade, informou sobre as providências já tomadas no sentido de proporcionar aos profissionais de arquivo brasileiros uma situação funcional compatível com a importante missão que lhes é confiada como guardiães da história nacional.

Complementando a cerimônia, inaugurou-se a exposição *Do arquivo Público do Império ao Arquivo Nacional*, após o que foi servido um coquetel de confraternização oferecido pela Diretora do Arquivo Nacional.

Como resultado dos trabalhos foi elaborado e divulgado o seguinte informe final:

Considerando

1. Que os países da América Latina possuem um dos patrimônios documentais mais importantes do mundo.
2. Que a proteção e devido tratamento dos documentos públicos dizem respeito

to a questões sociais de natureza essencial para os cidadãos, como o testemunho dos atos jurídicos e da atividade da administração, assim como o acervo imprescindível dos dados necessários para a gestão administrativa e para a investigação científica.

3. Que a conservação e o uso do patrimônio documental da nação, além da distinção entre sua função histórica e administrativa, reclamam um sistema arquivístico comum que atue como uma unidade coordenada em todo o âmbito da administração pública.

4. Que o pessoal que exerce função arquivística necessita de formação e situação profissionais que possibilitem o seu desempenho em condições adequadas à amplitude e importância que a função tem na administração pública.

Concordam

Que é essencial para cada país definir uma política arquivística que compreenda uma estrutura institucional própria, um sistema nacional que integre todo o conjunto dos documentos públicos e garanta a proteção de todo o patrimônio documental da nação, aplique os meios financeiros necessários e adote as normas adequadas para a racionalização da função pública arquivística, e

Recomendam

1. O reconhecimento público de títulos específicos de nível universitário superior que habilitem para o exercício da profissão de arquivista e de certificados de nível equivalente, no mínimo, ao imediatamente inferior ao universitário para os técnicos de arquivo, integrando a formação desses profissionais no sistema geral de educação de cada país e tendo em conta a formação geral e específica, teórica e prática, que requer a profissão arquivística.

2. O reconhecimento dos diplomas universitários das disciplinas científicas concernentes à proteção da integridade física dos documentos como títulos suficientes para exercer funções diretivas nos correspondentes serviços arquivísticos especializados.

3. O estabelecimento de um processo de habilitação para o exercício da profissão de arquivista e de técnico de arquivo para aqueles que hajam comprovado o desempenho de funções arquivísticas específicas, durante um tempo suficiente, como processo transitório de integração nas distintas catego-

rias profissionais, vigente unicamente durante um período limitado, não superior a cinco anos, a partir do estabelecimento dos respectivos títulos oficiais.

4. Que, para garantir a eficácia da função arquivística no conjunto da administração pública e de seu sistema de arquivos, se proceda: a) à determinação dos cargos que correspondam àquela função, bem como das demais funções técnicas, com uma descrição de seu conteúdo funcional e indicação da respectiva categoria profissional; b) à ocupação desses cargos por funcionários habilitados para o exercício das profissões de arquivista, técnico de arquivo ou técnico especializado, conforme o caso.

5. Que, para a total integração da função arquivística na administração pública, se promulguem os correspondentes textos estatutários profissionais, nos mesmos termos dos de outras profissões especializadas, com títulos de nível equivalente que exerçam suas funções na administração pública, e que se possibilite uma carreira administrativa, através dos diferentes cargos previstos para o pessoal do sistema de arquivos.

6. A criação, nos países onde ainda não existam, e o desenvolvimento de associações profissionais, como elementos fundamentais para a promoção e consolidação social dos profissionais de arquivo.

7. A elaboração e execução de programas para tornar conhecida a função arquivística em todas as áreas da administração pública, a fim de garantir a devida coordenação com as funções dos diversos sistemas administrativos.
8. Que a administração de arquivos mantenha estreito contato com os órgãos competentes de planejamento da administração de pessoal e do ensino, para implementar as recomendações do presente Colóquio, assim como elaborar os estatutos profissionais.

Como importante apoio para a execução das recomendações que formulam, solicitam à Associação Latino-Americana de Arquivistas, como Órgão Regional do Conselho Internacional de Arquivos:

- a) a realização de um levantamento que permita avaliar a eficácia e a imprescindível necessidade de uma organização arquivística racional, como serviço integrado na administração pública;

- b) a redação de um estatuto-padrão que facilite aos países latino-americanos a elaboração de seus respectivos estatutos para a profissão arquivística.

Finalmente fazem constar que, para o êxito de seus trabalhos, foi essencial a participação de responsáveis por serviços arquivísticos e órgãos de planejamento administrativo, pelo que se permitem recomendar às competentes organizações internacionais que, em futuras reuniões, sejam convidados funcionários encarregados dos assuntos que digam respeito ao tema da reunião.

Agradecimentos

Os participantes do Colóquio pedem ao Presidente do Conselho Internacional de Arquivos que expresse seus agradecimentos ao *Council on Library Resources* por sua ajuda financeira, que lhes permitiu reunirem-se para examinar a situação da profissão arquivística na América Latina, bem como os meios necessários para melhorá-la.

Os participantes do Colóquio pedem à Diretora-Geral do Arquivo Nacional, do Brasil, que expresse seus agradecimentos ao governo brasileiro por tê-los convidado a reunirem-se no Rio de Janeiro.

Os participantes do Colóquio expressam sua mais calorosa gratidão à Diretora-Geral do Arquivo Nacional, do Brasil, e a seus colaboradores, pela organização exemplar dos trabalhos e pela generosa hospitalidade de que desfrutaram durante sua estada no Rio de Janeiro.

● Sob a presidência de honra do Presidente da República, teve lugar no Hotel Nacional do Rio de Janeiro, de 31 de agosto a 5 de setembro, o 9º Congresso Mundial de Treinamento e Desenvolvimento.

Contando com o apoio especial da Fundação Roberto Marinho, o evento foi promovido pela International Federation of Training and Development Organizations e a Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento (ABTD), tendo como copromotores o Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Rio de Janeiro (CEBRAE), a Fundação Escola do Serviço Público (FESP) e a Fundação Catarinense do Trabalho (FUCAT).

O Congresso teve como objetivos primordiais informar sobre as abordagens mais recentes em treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, estruturas organizacionais e educação permanente, no Brasil e no mundo; possibilitar o intercâmbio de experiências entre os profissionais da área de treinamento e de atividades correlatas; ampliar o campo de aplicações práticas da tecnologia educacional nas organi-

zações; incentivar estudos e pesquisas sobre treinamento e desenvolvimento de pessoal, desenvolvimento organizacional e educação permanente; criar condições para uma análise crítica dos principais problemas afetos à área; incentivar e apoiar os esforços de cooperação entre representantes dos setores público e privado brasileiros e dos diversos países, visando intensificar a formação e o aperfeiçoamento de recursos humanos, como base para o desenvolvimento; oficializar a criação da Federação Latino-Americana de Treinamento e Desenvolvimento; dar ampla divulgação aos trabalhos apresentados no Congresso, com o objetivo de fortalecer a consciência da responsabilidade dos profissionais de treinamento, executivos, empresários e governos, com referência aos temas fundamentais de formação e aperfeiçoamento de recursos humanos na medida das necessidades de cada país.

Simultaneamente ao Congresso Mundial, a ABTD promoveu o 3º Congresso Brasileiro de Treinamento e Desenvolvimento, o 2º Seminário Internacional de Desenvolvimento Gerencial e Organizacional, o 3º Seminário Brasileiro de Introdução ao Desenvolvimento de Recursos Humanos, o 1º Encontro Regional de Treinamento e Desenvolvimento do Rio de Janeiro e a 9ª Exposição Técnica Mundial de Treinamento e Desenvolvimento.

● A Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), instituição criada em 1961 com objetivo de congregar professores universitários da área de História para trocar informações e resultados de pesquisas, vem realizando, a cada dois anos, encontros de caráter acadêmico.

O V Encontro da ANPUH foi promovido sob os auspícios de seu núcleo regional em São Paulo, de 1 a 5 de setembro. Tendo como tema central *Política e Trabalho na História*, a programação do Encontro incluiu a realização de três mesas-redondas e duas sessões de comunicações integradas.

As mesas-redondas abordaram os temas metodologia e perspectiva de integração da política e do trabalho na sociedade brasileira; a política educacional e o ensino da história; a formação do historiador e a realidade do ensino na educação de 1º e 2º graus.

Nas sessões de comunicação integradas foram discutidos o ensino da história, experiências didáticas e instituições de pesquisa em São Paulo.

● A *Biblioteca, o Livro e a Informação na Realidade Brasileira* foi o tema

oficial da 1ª Jornada Paulista de Biblioteconomia e Documentação, promovida pela Associação Paulista de Bibliotecários, de 21 a 24 de outubro.

O evento, realizado em São Paulo, integrou as comemorações da Semana do Livro e da Biblioteca, e obedeceu à seguinte programação: a biblioteca, o livro e a informação na realidade brasileira; informação e memória, conceito de documento; a informação no processo científico e tecnológico; sistema de informação em ciência e tecnologia do Estado de São Paulo; programação de uma TV Cultural; teoria e prática de leitura, eis o que falta no nosso bibliotecário; variáveis relevantes no comportamento de ler: o papel das bibliotecas; o enfoque psicossocial da biblioteca; efeitos da comunicação verbal e não-verbal; biblioteca: alicerce da escola; biblioteconomia: movimento associativo e o ensino no Estado de São Paulo; e situação das bibliotecas de São Paulo; dados preliminares para o aprofundamento de uma análise.

● Brasília será a anfitriã, de 25 a 30 de janeiro de 1981, do 2º Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, que tem por objetivo geral constituir-se em foro de debates sobre a situação atual das bibliotecas universitárias no Brasil; divulgar projetos e estudos em andamento; permitir a difusão de novas técnicas e formular recomendações tendentes ao aperfeiçoamento de serviços de informação à comunidade universitária.

Cinco grupos de trabalho discutirão em plenário os seguintes temas: estudo da interface usuário-sistemas de informação; processos técnicos; catálogo coletivo e comutação; estatística e padrões bibliotecários; seleção de material informacional.

Funcionarão paralelamente aos grupos de trabalho quatro simpósios: Simpósio sobre Planejamento de Sistemas de Bibliotecas Universitárias; Simpósio sobre Arquitetura de Bibliotecas Universitárias; Simpósio sobre Aquisição de Material Bibliográfico; Simpósio sobre Automação de Serviços Bibliotecários.

Complementando a programação foram planejados 12 cursos que pretendem oferecer, a profissionais e estudantes, a oportunidade de adquirirem novos conhecimentos.

O Seminário será promovido pela Associação dos Bibliotecários do DF, com o patrocínio do Ministério da Educação e Cultura SESU/CAPES/PREME-SU, em colaboração com a Universidade de Brasília.

Documentação e Memória*

O brasileiro tem fraca memória. O País não é de respeitar muito as tradições. Daí, em consequência, a pouca importância que dá à necessidade de um sistema nacional de arquivo. A maior parte da documentação é jogada fora, queimada ou vendida a peso. Em todo lugar do mundo civilizado, os documentos são guardados, conservados, classificados, para uso historiográfico. Muito da história financeira dos países é feito à luz de documentação particular: recibos, cadernos de contas, contratos, processos, contendas judiciárias, diários íntimos, livros de memórias não publicados. Sem falar na documentação pública. Aqui se joga fora como papel velho. Há pouco tempo uma autoridade judiciária decidiu vender a peso uma rica documentação sob o pretexto de que não havia lugar para guardá-la. Eis um exemplo típico de nossa falta de consciência histórica e de nosso desprezo pela documentação.

É um truísmo afirmar que a história se escreve à luz de documentos. E não só dos oficiais. Nossa historiografia tem-se baseado, em grande parte, na documentação existente nos arquivos europeus, especialmente portugueses. É a história vista da perspectiva da Torre do Tombo. Mas há um acervo de documentos relegados para segundo plano — o das prefeituras, das coletorias, alfândegas, como também das fazendas, engenhos, casas de famílias tradicionais. A todo esse material vota-se supino desprezo ou, na melhor hipótese, superior desatenção.

Ora, jamais saberemos como foram criados e construídos nossos caminhos, vilas, cidades, fazendas, afinal nossa vida social e econômica, as origens e desenvolvimento de nossa sociedade, se não examinarmos os depósitos de papel velho — em via de destruição pela água, mofo, traça e pelo desprezo dos nossos homens particulares e públicos.

Nossa história não foi feita, no dia-a-dia, pelas autoridades colonizadoras, que se deixavam ficar comodamente nas cidades costeiras, não penetrando no território. Há toda uma vida criada no interior — fazendas, vilas, estradas — feita pelo pé-duro, pelo homem comum, que se arriscava pelos desvãos do País, construindo o País. A estes se deve mais do que a nenhuns a criação do País como um todo, a organização da unidade nacional. A eles se deve a penetração da Língua Portuguesa, que até o século XVIII não era geralmente usada.

Pois bem, esse aspecto, esse lado da nossa história é desprezado. Só muito recentemente os nossos historiadores, sobretudo os brasilianistas, estão dirigindo a atenção para a história que se construiu aqui no Brasil, e não para a que se fez nos gabinetes oficiais.

Daí a necessidade de salvarem-se os arquivos, os jornais antigos, a documentação política e privada. É mister criar-se um sistema nacional de arquivos, que envolva todos os arquivos locais, salvaguardando a memória nacional da destruição. Esse patrimônio é de valor inestimável, e impõe-se fazer nascer e difundir-se uma consciência que promova a guarda dessa documentação. E, ao mesmo tempo, construam-se prédios em que esse acervo seja guardado segundo os modernos métodos arquivológicos. É notório que tudo isso não é fácil em virtude de sermos um País pobre. Mas o mal maior não é a ausência de recursos, mas a má aplicação dos dinheiros públicos. Não há dinheiro para aparelhar nosso sistema bibliotecário e arquivístico. Mas não falta para se edificarem bancos. Tudo o que se refere à cultura e à educação é menosprezado, não merece a atenção dos organismos financeiros. Não havendo onde depositar papéis velhos, é claro que a inclinação natural e imediata é para queimá-los ou jogá-los ao lixo, como não tendo valor.

Em verdade, essa é uma mentalidade generalizada entre nós. É a mesma atitude de espírito que devotamos aos papéis velhos e aos livros. Exemplo típico é o das bibliotecas. Nossas bibliotecas públicas são tratadas pelos governos de maneira lastimável. Não têm verbas, pessoal, aparelhagem. As particulares são destroçadas quando morrem os seus proprietários. Um homem levou uma vida a reunir uma coleção — e ela deve ser encarada como um patrimônio público, já que os governos não têm o mesmo gosto e interesse em construir uma rede bibliotecária. Pois esse patrimônio é destruído. Até mesmo as públicas passam freqüentemente pelo mesmo destino desafortunado da destruição.

Tudo porque não temos memória, nem espírito comunitário. Somos individualistas.

Après moi le déluge.

Afrânio Coutinho

Extraído de *Última Hora*, Rio de Janeiro, 31 jul. 1980.

Decreto n.º 4 de 19 de Novembro de 1889.



O Governo Provisorio dos Estados Unidos do Brasil

Considerando que as cores da nossa antiga bandeira, recordam as luctas e as victorias gloriosas do exercito e da armada na defesa da patria;

Considerando, foye, que essas cores, independentemente da forma de governo, symbolizam a perpetuidade e integridade da patria entre de outras nações;

Decreto

Art. 1.º — A bandeira adoptada pela Republica mantem a tradicção das antigas cores nacionaes — verde e amarella — do seguinte modo: — um losango amarello em campo verde tendo no meio a esphera celeste azul, atravessada por uma zona branca, em sentido obliquo e descendente da esquerda para a direita, com a legenda — "Ordem e Progresso" — phontada por vinte e uma estrellas, entre as quaes se acha constellacão do crucero, disposta de maneira astronomica quanto a distancia e a altura relativas, representando as vinte e uma estrellas da Republica e o crucero



Fas.
Arqu
v. 8
set